

4 JUL 1974

AUXÍLIO MUNDIAL PARA O MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

...Diversas organizações de sindicatos livres de todo o mundo declararam-se solidárias com a estrutura sindical livre em Portugal. Para esse fim, a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres recebeu já transferências da Confederação dos Sindicatos Belga (1 milhão de francos belgas), Confederação dos Sindicatos de Israel (2 mil dólares), Confederação dos Sindicatos do Luxemburgo (40 mil francos belgas, ou seja, um franco por cada filiado) e da Confederação dos Sindicatos Alemães (100 mil marcos). As Confederações dos Sindicatos da Áustria, Holanda, Suécia e Noruega embora não tivessem ainda transferido qualquer importância também já responderam afirmativamente.

A INTERSINDICAL É UM MOVIMENTO UNITÁRIO

Relativamente a uma mesa-redonda sobre «Reestruturação e acção sindical», que decorreu na Voz do Operário no passado dia 26 de Junho e em que o tema dominante foi a crítica ao comportamento da Intersindical, «nomeadamente face à posição que tomara convocando uma manifestação em que se condenava a greve pela greve», como refere um comunicado emanado daquele organismo unitário dos Sindicatos de todo o País, a Intersindical perante o relato que alguns vespertinos fizeram das afirmações proferidas nessa mesa-redonda esclarece que «é um movimento unitário e independente, composto por 191 Sindicatos, número que é consecutivamente aumentado por novas adesões».

Sublinhando depois que «as direcções dos Sindicatos que a integram foram todas elas eleitas democraticamente» e que «todos os elementos das direcções dos Sindicatos, bem como os delegados à Intersindical, são trabalhadores que saíram do seio da classe e não elementos estranhos ao processo dos trabalhadores, portanto conhecedores dos seus problemas e interessados em resolvê-los», o documento acrescenta:

«São os Sindicatos ou as Comissões de Trabalhadores que solicitam, ou não, a colaboração da Intersindical ou das Uniões dos Sindicatos na resolução dos seus problemas. Nunca esta tentou forçar a sua presença em qualquer litígio que oponha trabalhadores e patrões. No entanto, é de realçar a confiança que os trabalhadores depositam na Intersindical, pois os delegados desta participam numa média de dezenas de reuniões diárias, tanto em Lisboa como

na província, para elucidação e preparação de documentos sobre problemas que afectam a classe trabalhadora, como sejam os despedimentos, greves, aumentos de salários e outros».

No respeitante à manifestação convocada pela Intersindical e realizada no dia 1 de Junho com a participação de mais de dez mil pessoas «teve como objectivo expressar a solidariedade da população e de todos os trabalhadores com o Movimento das Forças Ar-

madas e o seu repúdio pelas manobras provocatórias dos inimigos da classe trabalhadora, como se pode confirmar nas convocatórias distribuídas em profusão por toda a região de Lisboa».

A terminar, recorda a Intersindical, como movimento unitário e independente, que «as críticas a existirem devem ser feitas no seu seio e nunca como tentativa de dividir a classe trabalhadora», pois a divisão favorece objectivamente os seus inimigos.

5 JUL 1974 Lisboa

Debate sobre Sindicalismo

Um grupo de operários plásticos das empresas Vifibras, Cabos Ávila, Plasluz, Tapser, Plessey Automática, Transcon, Valentim de Carvalho, Eurofil, Telaplas e Hoechst Portuguesa, promovem, sábado, às 15 horas, na sede da Intersindical, em Lisboa, um debate sobre sindicalismo, em que os temas serão: «Comissões de trabalho -- o que são, para que servem» e «Delegados sindicais -- quais as suas atribuições».

Intersindical e pescas

A Intersindical só intervém nos conflitos de trabalho quando a sua intervenção seja solicitada pelos sindicatos ou pelos trabalhadores, e, conseqüentemente, ao lado destes, não como moderadora.

Esta posição, já anteriormente divulgada, voltou a ser assumida pela Intersindical ao recusar a intervenção que lhe foi pedida pela Secretaria de Estado das Pescas, na tentativa de solucionar o confronto entre pescadores e armadores que levara à paralisação de dois barcos de pesca — S. Jorge e Novos Mares — no porto canadiano de St. Jones.

Segundo a informação distribuída pela Intersindical, o pedido da Secretaria de Estado das Pescas, por sugestão dos armadores, tinha como objectivo que representantes daquela organização se deslocassem a St. Jones, a expensas dos citados armadores, para tentar solucionar a situação de litígio.

Entretanto, e segundo a mesma fonte, consta que o cônsul de Portugal em St. Jones, como os pescadores se manifestassem na cidade, teria pedido a intervenção da Polícia canadiana.

6 JUL 1974

APOIO INTERNACIONAL AO SIDICALISMO PORTUGUÊS

Em comunicado tornado público, o secretariado da Intersindical informa que se desloca a Portugal, no próximo dia 11, em visita que se prolonga por três dias, uma delegação da Confederação Mundial do Trabalho.

Por outro lado, têm sido recebidas manifestações de solidariedade para os trabalhadores portugueses de diversas organizações sindicais estrangeiras. Referem-se, nomeadamente, as do Sindicato do Pessoal dos Organismos Internacionais, da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário e do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior. No que toca à mensagem destes dois últimos, expressa-se também o desejo de uma solução justa dos problemas africanos, com base no respeito do direito dos povos à independência.

CD25A

A INTERSINDICAL SÓ INTERVÉM A PEDIDO DOS SINDICATOS OU DOS TRABALHADORES

A propósito de um telefonema, no passado dia 29, da Secretaria de Estado das Pescas para a Intersindical, devido à paralisação de dois barcos, o «S. Jorge» e o «Novos Mares», no porto canadiano de St. Jones, o Secretariado daquele organismo tornou público um comunicado onde se diz:

«Segundo a informação, a paralisação do trabalho deve-se à reivindicação por parte dos pescadores de certas regalias para além das acordadas no momento da partida.

O telefonema, por sugestão dos armadores, tinha como objectivo que representantes da Intersindical se deslocassem àquela localidade, a expensas dos mesmos, tendo em vista solucionar a situação de litígio.

Argumentavam os armadores que a paralisação, a prosseguir, poderá diminuir os resultados da pesca, pois a melhor época corresponde aos meses de Julho e Agosto, o que se reflecti-

rá em prejuízos para a economia nacional.

Entretanto, segundo consta, o cônsul de Portugal em St. Jones, como os pescadores se manifestassem na cidade, teria pedido a intervenção da Polícia canadiana.

Face à sugestão referida, a Intersindical esclareceu, como já por diversas vezes tem sido afirmado nos órgãos da Informação, que só intervém a pedido dos sindicatos ou dos trabalhadores e, conseqüentemente, ao lado destes, não como moderadora.

Portanto, a sua intervenção só se justificaria desde o momento em que os pescadores manifestassem esse desejo e, nesse caso, a deslocação deveria ser a expensas de outra entidade que não os armadores, reiterando ao mesmo tempo que a intervenção da Intersindical seria de acordo com a posição da classe trabalhadora, que representa.»

Mensagens de saudação do estrangeiro

Do Sindicato do Pessoal dos Organismos Internacionais (Paris) recebeu a Intersindical uma mensagem de saudação para os trabalhadores portugueses pela reconquista das liberdades sindicais e pela sua presença, pela primeira vez depois de 48 anos de fascismo, na Conferência Internacional do Trabalho.

Foram ainda recebidas mensagens de saudação para os trabalhadores portugueses por parte da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário e do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior, ambos de Paris, onde se expressa, ao mesmo tempo, o desejo de uma solução justa dos problemas africanos com base no respeito pelo direito dos povos à independência.

MODO DE INTERVENÇÃO DA INTERSINDICAL

A propósito de um pedido concreto de mediação da Intersindical, feito através da Secretaria de Estado das Pescas, por iniciativa de armadores da pesca do bacalhau, na sequência de uma paralização de dois barcos de pesca, «S. Jorge» e «Novos Mares», que se encontram paralizados no porto canadiano de St. Jones, o secretariado da Intersindical esclarece uma vez mais que só intervém nos conflitos a pedido dos sindicatos ou dos trabalhadores e, consequentemente, não como moderadora mas ao lado destes.

Neste caso concreto, a sugestão dos armadores tinha como objectivo que representantes da Intersindical se deslocassem àquela localidade, a

expensas dos mesmos, com a finalidade de ajudar a solucionar o litígio. Segundo consta, o cônsul de Portugal em St. Jones, como os pescadores se manifestassem na cidade, teria pedido a intervenção da polícia canadiana.

Conclui o comunicado que a intervenção da Intersindical «só se justificaria desde o momento em que os pescadores manifestassem esse desejo e, nesse caso, a deslocação deveria ser a expensas de outra entidade que não os armadores, reiterando ao mesmo tempo que a intervenção da Intersindical seria de acordo com a posição da classe trabalhadora, que representa.

6 JUL. 1974

«PROBLEMAS SINDICAIS EM MESA REDONDA»

Em relação às afirmações produzidas numa mesa redonda em que participaram representantes do M.E.S., do P.S. e do M.S.P., integrada no P.S., de que demos notícia na nossa edição do dia 27 de Junho passado, o secretariado da Intersindical enviou-nos o seguinte comunicado:

«Na «Voz do Operário» realizou-se no passado dia 26 de Junho uma mesa-redonda sobre «Reestruturação e acção sindical», que foi amplamente relatada pelos jornais «A Capital» e «República».

Segundo se noticiava nesses vespertinos o tema dominante foi a crítica ao comportamento da Intersindical, nomeadamente face à posição que tomara convocando uma manifestação «em que se condenava a greve pela greve».

Perante o relato das afirmações feitas nessa mesa redonda interessa à Intersindical esclarecer o seguinte:

1.º — É um movimento unitário e independente composto por 191 Sindicatos, número que é consecutivamente aumentado por novas adesões;

2.º — As direcções dos Sindicatos que a integram foram, todas elas, democraticamente eleitas e muitas já dentro de uma época de liberdade, pois são posteriores ao 25 de Abril;

3.º — As direcções que transitaram do regime fascista foram as que deram sobejas provas de incontestável honestidade e combatividade pelo que tiveram a confiança das massas trabalhadoras;

4.º — Quase todos, serão todos os Sindicatos que a integram, realizaram assembleias gerais durante estes dois últimos meses, o que comprova a confiança que as bases depositam nas respectivas direcções;

5.º — Todos os elementos das direcções dos Sindicatos, bem como os delegados Intersindical, são trabalhadores que saíram do seio da classe e não elementos estranhos ao processo dos trabalhadores, portanto conhecedores dos seus problemas e interessados em resolvê-los;

6.º — São os Sindicatos cujas Comissões de Trabalhadores que solicitam, ou não, a colaboração da Intersindical ou das Uniões dos Sindicatos na resolução dos seus problemas. Nunca esta tentou forçar a sua presença em qualquer litígio que oponha trabalhadores e patrões. No entanto, é de realçar a confiança que os trabalhadores depositam na Intersindical, pois os delegados desta participam numa média de dezenas de reuniões diárias, tanto em Lisboa como na província, para elucidação e preparação de documentos

sobre problemas que afectam a classe trabalhadora, como sejam os despedimentos, greves, aumentos de salários e outros;

7.º — A convocação de uma manifestação por parte da Intersindical, realizada no dia 1 de Junho e na qual participaram muito mais de dez mil trabalhadores, teve como objectivo expressar a solidariedade da população e de todos os trabalhadores com o Movimento das Forças Armadas e o seu repúdio pelas manobras provocatórias dos inimigos da classe trabalhadora, como se pode confirmar nas convocatórias distribuídas em profusão por toda a região de Lisboa;

8.º — Por último, a Intersindical, como movimento unitário e independente, considera que as críticas, a existirem, devem ser feitas no seu seio e nunca como tentativa de dividir a classe trabalhadora, já que esta divisão favorece os seus inimigos.»

8 JUL. 1974

UNIÃO DE SINDICATOS PORTUENSES CONTRA DESPEDIMENTOS

EM moção aprovada no plenário ontem efectuado com a presença de 37 sindicatos e de uma delegação da União de Sindicatos de Aveiro. A União de Sindicatos do Porto reage contra a vaga de despedimentos verificada em todo o País, pedindo medidas imediatas.

Assim, a moção considera que após o 25 de Abril o patronato, «no intuito de salvaguardar os seus elevados lucros e para se eximir ao pagamento do salário mínimo determinado pelo decreto», está a lançar diariamente no desemprego largas dezenas de trabalhadores, entre os quais

delegados sindicais; e que a razão invocada por essas empresas — falta de capacidade financeira — carece de comprovação real, e contradiz, flagrantemente, os elevados lucros auferidos durante o longo período do governo fascista.

Considera ainda a moção que os trabalhadores não dispõem ainda de um seguro social que os defenda do desemprego e carecem de leis que contrariem a facilidade de despedimentos granjeada pelos capitalistas; e que é ao Governo Provisório que cabe intervir para compensar a falta de legislação adequada.

6 JUL. 1974

«REESTRUTURAÇÃO E ACCÇÃO SINDICAL»

Do Secretariado da Intersindical recebemos o seguinte comunicado:

«Na «Voz do Operário», realizou-se, no passado dia 26 de Junho, uma mesa-redonda sobre «Reestruturação e acção sindical», que foi amplamente relatada pelos jornais «A Capital» e «República».

Segundo se noticiava nesses vespertinos o tema dominante foi a crítica ao comportamento da Intersindical, nomeadamente face à posição que tomara, convocando uma manifestação *em que se condenava a greve pela greve*.

Perante o relato das afirmações feitas nessa mesa-redonda interessa à Intersindical esclarecer o seguinte:

1.º — É um movimento unitário e independente composto por 191 sindicatos, número que é consecutivamente aumentado por novas adesões;

2.º — As direcções dos sindicatos que a integram foram, todas elas, democraticamente eleitas e muitas já dentro de uma época de liberdade, pois são posteriores ao 25 de Abril;

3.º — As direcções que transitaram do regime fascista foram as que deram sobejas provas de incontestável honestidade e combatividade, pelo que tiveram a confiança das massas trabalhadoras;

4.º — Quase todos, senão todos os sindicatos que a integram, realizaram assembleias gerais durante estes dois últimos meses, o que comprova a confiança que as bases depositam nas respectivas direcções;

5.º — Todos os elementos das direcções dos sindicatos, bem como os delegados à Intersindical, são trabalhadores que saíram do seio da classe, e não elementos estranhos ao processo dos trabalhadores,

portanto conhecedores dos seus problemas e interessados em resolvê-los;

6.º — São os sindicatos ou as comissões de trabalhadores que solicitam, ou não, a colaboração da Intersindical ou das Uniões dos Sindicatos na resolução dos seus problemas. Nunca esta tentou forçar a sua presença em qualquer litígio que oponha trabalhadores e patrões. No entanto, é de realçar a confiança que os trabalhadores depositam na Intersindical, pois os delegados desta participam numa média de dezenas de reuniões diárias, tanto em Lisboa como na província, para elucidação e preparação de documentos sobre problemas que afectam a classe trabalhadora, como sejam os despedimentos, greves, aumentos de salários e outros;

7.º — A convocação de uma manifestação por parte da Intersindical, realizada no dia 1 de Junho e na qual participaram muito mais de dez mil trabalhadores, teve como objectivo expressar a solidariedade da população e de todos os trabalhadores com o Movimento das Forças Armadas e o seu repúdio pelas manobras provocatórias dos inimigos da classe trabalhadora, como se pode confirmar nas convocatórias distribuídas em profusão por toda a região de Lisboa;

8.º — Por último, a Intersindical, como movimento unitário e independente, considera que as críticas, a existirem, devem ser feitas no seu seio e nunca como tentativa de dividir a classe trabalhadora, já que esta divisão favorece os seus inimigos.»

Actividade Sindical

Apelo aos Estudantes e demais pessoas livres

* Uma Campanha em Marcha

A INTER - SINDICAL CONCELHIA DE TORRES NOVAS, através duma circular da União Nacional dos Estudantes Portugueses, tomou conhecimento das Campanhas em marcha pelo referido organismo, a saber: Alfabetização e Sanitária, que conta já com o apoio de imensos organismos, e em sua reunião de quinta-feira passada deliberou apoiar esta Campanha, chamando desde já a atenção de todos os Estudantes Torrejanos e demais Pessoas Livres de que devem comparecer na próxima segunda-feira, na Sede desta Inter - Sindical (por cima do Zé da Ana), pelas 21.30 horas, para obterem as informações precisas da Campanha em Marcha e respectivas inscrições, com vista à formação de quadros de acção.

Vamos todos, durante as Férias, ajudar a consolidar melhor a Democracia, contribuindo com a nossa participação para uma melhor consciencialização dos trabalhadores portugueses.

A INTERSINDICAL define posições perante as novas Leis

A Intersindical Nacional, com sede em Lisboa, que conta já com a adesão de 191 sindicatos representando cerca de milhão e meio de trabalhadores, pretende ver consagrados nas suas leis prestes a ser aprovadas pelo Governo Provisório, as seguintes questões:

LEI SOBRE A GREVE

Os trabalhadores representados na Intersindical apresentaram ao Governo para que este os consigne no texto a sair sobre a greve os seguintes princípios:

«Decretam as greves os organismos sindicais ou trabalhadores não representados em organizações sindicais. Devem ser nomeados delegados de greve que servirão de intermediários entre os trabalhadores e as entidades patronais e criados piquetes de greve, tendentes a persuadirem os trabalhadores aderirem à greve pacificamente.

Os trabalhadores grevistas não podem ser substituídos por outros trabalhadores não ligados à empresa por um contrato de trabalho e a entidade patronal deve ficar proibida de fazer despedimentos, só porque o trabalhador participou na greve, há menos de três meses, salvo se provar justa causa.

O tempo de greve deve contar como tempo de serviço efectivo, férias, antiguidades, gratificação e outras retribuições.

Nas empresas consideradas para satisfação de necessidades sociais impreteríveis, os organismos sindicais e os trabalhadores, devem assegurar os serviços de urgência e emergência durante o tempo de greve.

Devem ser estabelecidas multas em caso da substituição dos grevistas por parte da entidade patronal, por outros trabalhadores não ligados à Empresa por um CCT. Julgamos ainda que o produto das multas deverá reverter para o Fundo de De-

senvolvimento de Mão-de-Obra. Os tribunais de trabalho são competentes para reconhecer estas infracções.

No tocante à greve por parte dos servidores do Estado, instituições públicas, autarquias locais, deve ser regulada por lei especial.

LEI SINDICAL

Quanto à lei sindical, a Intersindical quer ver consagrados os princípios gerais da convenção n.º 87 da Organização Internacional de Trabalho e, dentro desse espírito, defende uma lei que consigne:

«Livre associação, independência das organizações sindicais perante o poder político, elaboração dos Estatutos sem interferência do poder administrativo, liberdade de os trabalhadores, através das suas organizações, se poderem filiar em organizações internacionais. Protecção aos dirigentes e delegados sindicais, com crédito de horas para o trabalho a desenvolver nos locais de trabalho e nas suas associações e impossibilidade do despedimento de dirigentes e delegados sindicais, durante o mandato e após este ter terminado, por um período não inferior a cinco anos. A cedência de instalações apropriadas para a actividade dos delegados sindicais e intersindicais nas empresas.

Direitos dos trabalhadores se reunirem nos locais de trabalho, fora e durante as horas de serviço.

Reconhecimento do direito de intervenção dos dirigentes sindicais nas reuniões a realizar nos locais de trabalho.

Impossibilidade das empresas criarem, apoiarem ou financiarem organizações de trabalhadores.

Eleição directa e voto secreto.

Considerar nulo qualquer acordo estabelecido entre a entidade patronal e os trabalhadores que viole a liberdade sindical.»

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

De acordo com o projecto da Intersindical e também pelo que se sabe dos trabalhos legislativos em Curso no Conselho de Ministros e relacionados com o sector laboral, as convenções colectivas de trabalho, firmadas entre entidades patronais e Sindicatos só aproveitarão aos trabalhadores sindicalizados. A sindicalização será facultativa mas quem a não quiser apenas poderá reinvidicar a aplicação da lei geral. Isto vem destruir a prática do regime fascista que estendia a todos os trabalhadores as conquistas dos sindicatos facilitando assim a desmobilização das massas trabalhadoras e o

estrangulamento dos organismos sindicais.

Os dias de greve devem ser pagos pelas empresas quando a greve for decretada para combater o incumprimento da lei geral ou da contratação colectiva, isto independentemente de outras sanções a aplicar às entidades patronais pelas referidas violações.

Um dia de Trabalho de 300 operários para o Governo

Proclamando o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas, um numeroso grupo de operários da fábrica Celulose Beira Industrial, da Figueira da Foz, decidiu contribuir com o quantitativo de um dia de trabalho para o Governo Provisório. Integraram-se até agora nesta acção de boa vontade cerca de trezentos trabalhadores, não estando ainda concluída a recolha de assinaturas naquela fábrica onde laboram 580 operários.

Sabe-se que noutros complexos industriais com actividade nesta região está em curso a campanha de um dia de trabalho para o Governo Provisório. Em vários estabelecimentos do comércio os empregados assumiram idêntica atitude.

6 JUL. 1974

A CONSTRUÇÃO CIVIL E A INTERSINDICAL

Da Comissão Directiva do Sindicato dos Operários da Construção Civil recebemos a seguinte resposta a um esclarecimento da União dos Sindicatos do Sul:

«1.º — Existe um mal entendido ao supôr-se que os trabalhadores da construção civil consideram a Intersindical «um movimento de partidos». Na verdade o que sucede é que, não tendo a Intersindical feito publicar até ao presente os seus Estatutos, os trabalhadores igno-

ram tudo àcerca da Intersindical, designadamente quais as suas estruturas e modo de funcionamento.

2.º — Tendo a Convenção sobre a política de emprego adoptado pela Conferência Internacional de Trabalho, como princípio fundamental, que a política sindical deve tender a garantir que cada trabalhador tenha todas as possibilidades de adquirir as qualificações necessárias para ocupar um emprego que lhe convenha e de utilizar nesse

emprego as suas qualificações tal como os seus dons, quaisquer que sejam a sua raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, enquanto a Intersindical não der estatutariamente a garantia aos trabalhadores, constantes desta declaração de princípio, não podem os mesmos deixar de ignorar se a Intersindical é, ou não, um movimento partidário.

3.º — Os operários da construção civil, pouco mais de um mês depois do movimento que os libertou, estão organizados em sindicato livre de modo que em em cada obra elegem por **sufrágio directo** um ou mais delegados, consoante o número de trabalhadores, os quais em qualquer momento podem ser subs-

tituidos quando deixem de corresponder à linha de acção por eles definida, competindo aos respectivos delegados, por sua vez, coordenar permanentemente a actividade sindical da Comissão Directiva.

4.º — Logo que seja publicado no corrente mês a legislação reguladora dos organismos sindicais dos trabalhadores, a Comissão Directiva promoverá eleições livres, democráticas e directas dos respectivos órgãos dirigentes, podendo, como é evidente, candidatar-se para eles todos os operários da construção esperando esta comissão que, desde já, sejam apresentadas as respectivas candidaturas e os programas das mesmas.

5.º — Se a Intersindical tem no seu programa os princípios da liberdade sindical definidos pela O.I.T., se pretende reconhecer a liberdade do trabalhador à definição dos seus próprios destinos; se concorda em fazer publicar desde já os seus Estatutos; se aceita para si as mesmas condições democráticas e directas de eleição que com toda a razão está a impôr aos outros organismos sindicais; nesse caso nós, os milhares de trabalhadores da construção civil, não veremos razão para lhe não enviar um grande e fraternal abraço pois que o seu lema então seria o da nossa bandeira — pão e liberdade — pão que pretendemos conquistar e liberdade de que não abdicamos.»

SINDICALISTA NO CONGRESSO DE ESTOCOLMO:

AS MULTINACIONAIS RECEIAM O RESSURGIR DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTUGAL

ESTOCOLMO, 4 — Um dirigente do movimento sindicalista português disse, no Congresso Internacional dos Operários Metalúrgicos, reunidos em Estocolmo, que muitas companhias multinacionais estão a querer sair de Portugal para procurarem mão-de-obra mais barata.

O dirigente sindicalista português Antero Gabão disse a 300 delegados de 60 países, que

assistem ao Congresso, que muitas companhias multinacionais estão agora a tentar deixar Portugal, deslocando-se talvez para a Ásia ou talvez para o Próximo Médio Oriente em resultado da recente revolução militar-popular de 25 de Abril que libertou Portugal de uma ditadura fascista de 48 anos, acrescentando que essas companhias receiam o ressurgir do sindicalismo que resultará em

mais altos custos para as empresas.

Antero Gabão disse ainda: Essas companhias estavam habituadas a pagar salários baixíssimos. Muitas mulheres que trabalhavam para elas em Portugal eram de tal forma mal pagas que morreriam de fome se fossem forçadas a viver dos magríssimos ordenados.

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

Sindicalista no Congresso de Estocolmo

→ Continuado da 1.ª página

O sindicalista português instigou os delegados ao Congresso Internacional dos Metalúrgicos que ajudassem o operariado português, impedindo essas companhias de poderem estabelecer-se noutros países. De resto temos que nos manter unidos contra a exploração agressiva das companhias multinacionais que vivem à custa do suor dos trabalhadores.

O Congresso, que entrou no seu terceiro dia, tem estado a estudar problemas relativos às firmas multinacionais. Amanhã serão apresentadas moções a proporem recomendações específicas destinadas a resolver problemas que os sindicalistas dizem que são atributo das companhias gigantescas.

Antero Gabão lembrou à assembleia que até à altura da mudança do Governo em Portugal, os sindicalistas portugueses tinham que trabalhar clandestinamente. Acrescentou: Tínhamos que operar no seio dos sindicatos fascistas, o que era quase como dançar na corda bamba. O mais leve erro poderia

significar prisão imediata seguida das maiores torturas. Todavia, não lamentamos ter participado no labor dos sindicatos, porque agora temos uma base sobre a qual construir o futuro do sindicalismo em Portugal.

O congresso adiou até sábado a próxima sessão. — (R.).

O plenário da União dos Sindicatos do Porto aprovou uma moção sobre despedimentos

Realizou-se um plenário da União dos Sindicatos do Porto, com a presença de 37 Sindicatos e duma delegação da União dos Sindicatos de Aveiro. Após aprovação de novos sindicatos foi dada prioridade na Ordem de Trabalhos, dada a extraordinária frequência e importância do problema, a uma moção sobre despedimentos. Foram depois dadas informações sobre a intensa actividade desenvolvida pela U.S.P., nomeadamente no apoio e esclarecimento de trabalhadores ainda sem estruturas sindicais e nos conflitos de trabalho em que tem intervindo, e fá-lo sempre que é solicitada por sindicatos ou comissões de trabalhadores. Foram, depois, prestados esclarecimentos sobre a próxima Intersindical Nacional a realizar em Lisboa nos próximos dias 13 e 14, e do estado actual dos trabalhos das comissões encarregadas de estudar os problemas da Previdência e F.N.A.T. No ponto da Previdência e dada a notícia chegada ao Plenário de que o sector médico dos Postos Clínicos da Previdência tinham decidido não trabalhar ao sábado, foi aprovada uma recomendação ao Sindicato dos Médicos.

A moção aprovada é do seguintes teor:

I — a) Não devem ser permitidos os despedimentos individuais e colectivos, cuja alegação invocada seja a incapacidade financeira das empresas, sem que seja efectuada uma sindicância à situação financeira das empresas, a ordenar pelo Ministério competente;

b) Todos os trabalhadores até agora despedidos, em tais circunstâncias, devem ser readmitidos;

c) A todos os trabalhadores na situação de desemprego e até que se regularize a sua situação, deverá ser atribuído um subsídio;

d) Estas disposições deverão entrar imediatamente em vigor, até que saia legislação adequada.

II — 1. Delibera, ainda, o Plenário da U.S.P., que seja enviada esta moção para as Uniões de Braga, Aveiro e Coimbra, e União dos Sindicatos do Sul, a fim de ser discutida e votada pelos seus sindicatos aderentes.

2. Que seja simultaneamente enviada esta moção à Intersindical Nacional, a fim de ser entregue ao Governo Provisório na pessoa do Primeiro Ministro Palma Carlos.

A recomendação, em relação aos médicos da Previ-

dência, é concebida nos seguintes termos:

Os sindicatos aderentes a U.S.P. reunidos em Plenário, tendo conhecimento da decisão tomada unilateralmente pelo Sindicato Médico (Zona Norte) de não trabalhar ao sábado dos Postos Clínicos da Previdência e considerando:

a) Que a actividade médica é eminentemente social que implica com milhões de trabalhadores;

b) Que o Sindicato Médico, como aderente à U.S.P. deverá ter actuações unitárias em colaboração com os outros sindicatos;

c) Que a decisão tomada provocaria um mal-estar nos utentes, passível de ser aproveitado pela reacção.

Recomendam: Que seja adiada a efectivação da decisão tomada até uma criteriosa análise do problema a fazer por todos os sectores interessados na resolução do assunto.

PRIMEIRO DE
JANEIRO

8 JUL. 1974

Porto

A União dos Sindicatos do Porto analisa o desemprego

Delegados de 37 sindicatos e uma delegação da União dos Sindicatos de Aveiro reuniram-se em plenário na União dos Sindicatos do Porto, que aprovou a seguinte moção sobre despedimentos:

«Considerando que após o 25 de Abril o patronato no intuito de salvaguardar os seus elevados lucros e para se eximir ao pagamento do salário mínimo determinado pelo Decreto n.º 217-74 de 27-5-74, está a lançar diariamente no desemprego, e na miséria, largas dezenas de trabalhadores, entre os quais delegados sindicais; que a razão alegada por essas empresas — falta de capacidade financeira — carece de comprovação real e contradiz flagrantemente os elevados lucros auferidos, por essas empresas, durante o longo período do governo fascista; que os trabalhadores portugueses não dispõem ainda de um seguro social que os defenda do desemprego e carecem de leis que contrariem a facilidade de despedimentos granjeada pelos capitalistas; ainda que é ao Governo Provisório a quem cabe intervir, eficazmente, para compensar a falta de legislação adequada e por forma a

suster tal situação que, a agravar-se, poderá tornar-se insustentável, e, perante tais factos, entende o plenário da U.S.P. o seguinte: Não devem ser permitidos os despedimentos individuais e colectivos, cuja alegação invocada seja a incapacidade financeira das empresas, sem que seja efectuada uma sindicância à situação financeira das empresas, a ordenar pelo ministério competente; todos os trabalhadores até agora despedidos, em tais circunstâncias, devem ser readmitidos; a todos os trabalhadores na situação de desemprego e até que se regularize a sua situação, deverá ser atribuído um subsídio; estas disposições deverão entrar imediatamente em vigor, até que seja legislação adequada; deliberará, ainda, o plenário da U.S.P., que seja enviada esta moção para as Uniões de Braga, Aveiro e Coimbra, e União dos Sindicatos do Sul, a fim de ser discutida e votada pelos seus sindicatos aderentes; que seja simultaneamente enviada esta moção à Inter-sindical Nacional, a fim de ser entregue ao Governo Provisório na pessoa do ministro Palma Carlos.

9 JUL. 1974

ACTIVIDADES SINDICAIS**Sindicatos do Porto
contra despedimentos**

PORTO — Com a presença de representantes de 37 sindicatos e de uma delegação da União dos Sindicatos de Aveiro, realizou-se um plenário da União dos Sindicatos do Porto.

Durante os trabalhos foi debatido o problema dos despedimentos, tendo sido aprovada uma moção na qual se recomenda que «não devem ser permitidos os despedimentos individuais e colectivos, cuja alegação invocada seja a incapacidade financeira das empresas, sem que seja efectuada uma sindicância à situação financeira das empresas, a ordenar pelo Ministério competente. Todos os trabalhadores até agora despedidos, em tais circunstâncias, devem ser readmitidos. A todos os trabalhadores na situação de desemprego e até que se regularize a sua situação, deverá ser atribuído um subsídio. Estas disposições deverão entrar imediatamente em vigor, até que saia legislação adequada»

Foi igualmente deliberado que a moção fosse enviada à Inter-sindical Nacional, a fim de ser

9 JUL. 1974

LISBOA

● A INTERSINDICAL CONTRA OS AUMENTOS

Simultaneamente com a manifestação dos funcionários públicos, a Intersindical Nacional reuniu o seu Secretariado, em sessão plenária, e decidiu apoiar todas as acções dos trabalhadores da função pública que visem a revogação do Estatuto do Funcionamento e assegurar o direito à liberdade sindical. A Intersindical manifestou-se também contra os aumentos de vencimentos agora concedidos, porque se *«situam muito aquém das necessidades dos trabalhadores, não tiveram em conta as reivindicações oportunamente apresentadas e foram aplicados através de um esquema semelhante aos que vigoravam no antigo regime.*

9 JUL. 1974

A INTERSINDICAL APOIA A REVOGAÇÃO DO «ESTATUTO DO FUNCIONALISMO»

De acordo com comunicação que nos foi enviada, o Secretariado da Intersindical, reunido em sessão plenária, «após examinar atentamente a situação em que se encontram os trabalhadores da função pública» decidiu:

«1 — Apoiar todas as acções desses trabalhadores que visem a revogação do chamado «Estatuto do Funcionalismo Público», dado o seu carácter fascista e atentório das liberdades fundamentais.

2 — Manifestar a todos os trabalhadores da função pública o seu apoio ao direito que lhes assiste à liberdade sindical, a criar as suas organizações de classe, em igualdade de circunstâncias com todos os trabalhadores portugueses.

3 — Manifestar o seu desacordo com os aumentos de vencimentos agora concedidos os quais se situam muito aquém das necessidades desses trabalhadores, tendo sido promulgados sem se ter em conta as reivindicações apresentadas pelos mesmos, e dentro de um esquema semelhante aos que vigoravam no antigo regime.

4 — Apoiar as acções que estes trabalhadores considerem mais correctas para verem atendidas as suas justas aspirações.

5 — Considerar da máxima urgência que se proceda ao saneamento do aparelho de Estado, a fim de que o processo de democratização do País, iniciado em 25 de Abril, prossiga rapidamente, em vista a liquidar todos os focos da reacção e do fascismo.

6 — Alertar todos os trabalhadores para a necessidade de se manterem vigilantes contra as manobras de reacção (ao serviço do capitalismo nacional e internacional), ao mesmo tempo que devem exigir o cumprimento rigoroso do Programa do Movimento das Forças Armadas, base indispensável à construção de um Estado Democrático que os trabalhadores querem ver instaurado em Portugal.

7 — Finalmente, apelar para que todos os trabalhadores reforcem a sua unidade e organização, sem as quais não é possível impulsionar o processo iniciado com o triunfo do Movimento das Forças Armadas.»

10 JUL. 1974

Os Sindicatos do Porto contra despedimentos colectivos

PORTO — O Plenário da União de Sindicatos do Porto teve a participação de 37 organismos do distrito e da delegação da U. S. de Aveiro aprovou uma proposta contra despedimentos colectivos sem justa causa, que será entregue ao ministro Palma Carlos. Na referida proposta, a entrar em vigor imediatamente, até que saia legislação adequada, «Não devem ser permitidos os despedimentos individuais e colectivos, cuja alegação invocada seja a capacidade financeira das empresas, a ordenar pelo Ministério competente;

Todos os trabalhadores até agora despedidos, em tais circunstâncias, devem ser readmitidos

A todos os trabalhadores na situação de desemprego e até que se regularize a sua situação, deverá ser atribuído um subsídio.

No decorrer da sessão foram dadas informações pormenorizadas sobre a intensa actividade desenvolvida pela U. S. P., nomeadamente no apoio, esclarecimento de trabalhadores ainda sem estruturas sindicais e nos conflitos de trabalho, sempre que é solicitada por sindicatos ou comissões de trabalhadores:.

Já no final, os sindicatos aderentes a U. S. tiveram conhecimento da decisão do Sindicato dos Médicos de não trabalhar aos sábados, nos postos clínicos da Previdência. Após análise da situação, foi recomendado o adiamento da decisão tomada pelos médicos até uma criteriosa análise do problema, a efectuar

por todos os sectores interessados na resolução do assunto.

10 JUL. 1974

TRABALHADORES DO PORTO REAPRENDEM OS SEUS DIREITOS

por ISABEL JONES

De um grupo de direcções ou comissões administrativas de sindicatos que mais rapidamente foram eleitas por trabalhadores, surgiram, pouco depois do primeiro dia de liberdade as uniões de sindicatos, organizações de coordenação e intensificação sindicais a que os trabalhadores foram aderindo, para uma mais rápida destruição do sistema corporativo e luta por um sindicalismo verdadeiramente livre. Deste modo, a União de Sindicatos do Porto conta com mais de sessenta filiados abrangendo milhares de trabalhadores em todo o distrito. Da sua estrutura, objectivos prioritários, actividades e tomadas de posição perante a estratégia do movimento sindical falou-nos um dos seus representantes.

A ESTRUTURA

Disseram-nos, a começar:

— Na União de Sindicatos do Porto trabalham militantes sindicais destacados por cada um dos sindicatos que aderiu à União, notando-se alguns casos em que o número foi de dois elementos indicados. E através de plénários convocados por nós, sempre que seja necessário, que os diversos organismos representativos dos trabalhadores tomam decisões quanto a problemas comuns. No entanto a união de sindicatos pode pronunciar-se sobre problemas de nível nacional, como no caso da greve dos CTT a que a União não deu o seu apoio conforme o comunicado divulgado.

— Qual é o órgão executivo por excelência?

— Existe um Secretariado permanente, formado por sete membros eleitos como é óbvio em plenário, e a quem compete a preparação das ordens de trabalho, e a execução de todas as decisões vindas dos plénários. Neste momento temos algumas comissões de estudo dos problemas mais urgentes da classe trabalhadora e que dizem respeito à Previdência, F.N.A.T. e Legislação do trabalho.

— A quem cabe a responsabilidade da emissão de comunicados públicos?

— O Secretariado poderá emitir comunicados públicos, na base da orientação traçada pelo plenário, competindo depois a sua distribuição aos sindicatos representados. Este órgão da União pode ainda usar da palavra em qualquer

reunião de trabalhadores filiados nos sindicatos aderentes.

OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS

Acrescenta o nosso interlocutor:

— Neste momento, os objectivos prioritários da luta seja ela de carácter sindical ou não, deverá ser a consolidação das liberdades já conquistadas, base indispensável para a criação dum Estado Democrático. A organização dos trabalhadores, que se liga directamente à reorganização sindical, deve ter um papel importante na sua estratégia para os meses mais próximos. Ela deve ser levada a efeito desde a empresa até às Uniões ou Federações até à Confederação Nacional de Uniões de Sindicatos que se espera conseguir.

— Falou em estratégia sindical, desde as empresas até às uniões. Qual deve ser essa acção?

— Torna-se mais necessário que nunca que se desenvolvam amplas campanhas de esclarecimento, junto dos trabalhadores acerca do papel, importância e significado de um delegado sindical em todos os locais de trabalho. Neste campo a União que tem sido solicitada frequentemente quer por sindicatos, quer por grupos de trabalhadores que tentam uma organização sindical e têm desenvolvido um trabalho vasto nesse campo de consciencialização sindical.

AS ACTIVIDADES

Outra questão:

— Que classes de trabalhadores têm procurado a União?

— Das classes que tentam uma organização sindical, poderemos frisar os trabalhadores da função pública, pescadores, rurais e para-médicos. Mas também tem a União de Sindicatos do Porto prestado atenção aos conflitos de trabalho, surgidos entre operários e patrões, comparecendo nas empresas ou sindicatos para onde é solicitada a sua acção.

— Os trabalhadores dirigem-se directamente à União?

— Sim. Continuam a acorrer às instalações da U.S. grande número deles que nós tentamos canalizar para os respectivos sindicatos. Mas é claro que tentamos aqui mesmo, quando cada trabalhador ex-

põe os seus problemas e não tem sindicato onde se filie, um esclarecimento das diversas iniciativas e actividade pró-sindical de que a União tem conhecimento.

— A União de Sindicatos está a par da situação actual de cada sindicato?

— Não totalmente e isso devido, apenas, a alguns atrasos quanto ao fornecimento de dados por parte dos Sindicatos. A União planeou um levantamento de todos os sindicatos deste distrito com vista à elaboração dum ficheiro necessário a um trabalho sindical como se está a praticar. Pedimos elementos quanto às actividades económicas abrangidas por cada um, números de trabalhadores filiados, reivindicações em curso, previdência, despedimentos assim como outras informações julgadas de interesse.

TOMADAS DE POSIÇÃO

— Qual a posição da U.N.S. perante os despedimentos que se têm verificado?

— Quanto a este assunto que nós consideramos dos mais graves, os despedimentos colectivos não devem ser permitidos sem que se faça uma sindicância à situação financeira das empresas, já que algumas e são em grande número, alegam incapacidade financeira. Por outro lado, os trabalhadores portugueses não dispõem de um seguro social que os defenda do desemprego e do livre jogo das forças capitalistas, pelo que têm de ser os próprios trabalhadores a exigir do Governo Provisório uma intervenção eficaz que compense a falta de estruturas adequadas.

— Perante um despedimento qual deve ser a atitude de um trabalhador?

— Os trabalhadores atingidos devem permanecer nos seus postos, até que lhes seja garantido o direito ao trabalho ou um subsídio de desemprego, dar solidariedade aos colegas em idênticas condições e exigir que os sindicatos sejam ouvidos antes de haver lugar a qualquer despedimento individual ou colectivo.

A terminar:

— Que posição adopta a União perante casos de greve?

— É no contexto da luta reivindicativa em geral e da negociação entre trabalhadores e patrões em particular, que deverá ser inserido o emprego da greve. Conjugando as características do momento que vivemos com a prática da luta de classes, a greve é a arma a usar pelos trabalhadores para resolver os conflitos das relações de trabalho, mas é uma arma que deverá ser usada como meio último, depois de esgotados todos os outros meios, e isto para evitar os aproveitamentos que todos os inimigos do Povo, da Democracia e dos trabalhadores, fariam uso indiscriminado ou indevido da greve. Compete aos trabalhadores, através das suas organizações — então livres — vigiar para que provocadores não lancem a confusão, usando tal arma oportunisticamente.

A INTERSINDICAL É UMA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES UNITÁRIA E INDEPENDENTE DO GOVERNO PROVISÓRIO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática que recentemente visitou o nosso país esteve também reunida com o secretariado da Intersindical a fim de se inteirar dos problemas com que presentemente se debatem os trabalhadores portugueses e qual a sua estruturação frente ao patronato.

Entre os assuntos debatidos, divulgados em nota do mesmo secretariado, salientam-se uma série de declarações sobre a estruturação actual do movimento sindical português e do papel que lhe cabe tanto na política nacional como nos conflitos de trabalho.

Respondendo a questões levantadas por membros da delegação mundial, os elementos do secretariado definiram a Intersindical como «uma assembleia de sindicatos, cujas direcções ou comissões directivas provisórias foram eleitas livre e democraticamente (...), num conjunto, hoje, de 200 sindicatos que englobam dois terços dos trabalhadores sindicalizados, isto é, 1 500 000.», caracterizada como «um movimento sindical unitário e independente. Unitário, porque agrupa os trabalhadores à volta daquilo que os une — a

exploração patronal — e nele estão dirigentes de várias tendências políticas. Independente porque não se vincula a linha de orientação de qualquer partido político.»

E mais adiante: «Esta independência, que não significa apoliticismo, permite-lhe ter as melhores relações com todas as organizações antifascistas e democráticas e com o próprio Governo Provisório, o que não impede uma atitude crítica, tendo sempre em vista os interesses dos trabalhadores.»

PARA EVITAR CISÕES

Em defesa dessa independência «a Intersindical não se filia em nenhuma Confederação Internacional precisamente para evitar uma cisão no movimento sindical português, o que não impede que tenha as melhores relações com todas as organizações sindicais internacionais, confirmadas em Genebra na Conferência da O. I. T. Esta unidade e independência do movimento sindical português é respeitada por todas as Confederações Internacionais, de tal modo que as três principais

confiaram à Intersindical a organização em Lisboa da Conferência Mundial Sindical de Apoio ao Povo do Chile, a realizar de 11 a 15 de Setembro.»

Quanto ao seu papel na política nacional e nos conflitos de trabalho, «a Intersindical tem total independência perante o Governo Provisório. Nos conflitos de trabalho tem intervindo frequentemente mas, como é evidente, a pedido expresso dos Sindicatos ou dos trabalhadores, nunca como árbitro ou mediano, mas sempre ao lado da classe trabalhadora.»

O MOVIMENTO GREVISTA

Na sua intervenção, o elemento do Secretariado esclareceu que «essa influência esquerdista é quase nula e em relação às reivindicações há que considerar o seguinte: a classe trabalhadora em Portugal está tão longe da situação dos restantes trabalhadores da Europa que é perfeitamente natural que uma vez desmantelada a PIDE/DGS e criada uma situação de liberdade os trabalhadores se lançassem na conquista de me-

lhores condições de vida. Assistiu-se, nesse período, a greves que na sua maioria eram fundamentalmente justas; foi nessa altura que os esquerdistas tentaram empurrar os trabalhadores para atitudes incorrectas, mas o perigo maior não eram nem são os esquerdistas, «mas sim a reacção». Os grandes empresários procuraram aproveitar-se da situação, fomentando greves e reivindicações isoladas, e foi neste terreno que os esquerdistas foram objectivamente aliados das forças reaccionárias. A segunda ofensiva da reacção é uma onda de despedimentos por todo o país que já atingiu milhares de trabalhadores. E se a primeira foi sustida, esta segunda ofensiva está em curso. Se os esquerdistas tivessem qualquer influência no movimento dos trabalhadores aproveitariam para actuar, eles que consideram ser ocasião de os trabalhadores tomarem o poder. Enquanto isso, os trabalhadores lutam por assegurar o direito ao trabalho, que é posto em causa.»

O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Por último foi focado o funcionalismo público e a sua sindicalização, tendo sido esclarecido que nesse processo participou a Intersindical desde a primeira hora em apoio dos interesses dos trabalhadores, com os quais alguns reaccionários, hierarquicamente bem colocados, queriam jogar. Neste momento, os funcionários públicos estão a efectuar reuniões para encontrarem soluções para o seu processo. Numa assembleia de delegados a nível nacional foi eleito um Secretariado Provisório que trabalha em colaboração com a Intersindical, mas é perfeitamente autónomo. Para se dar conta do problema que aquela classe representa basta dizer que o Secretariado Provisório recebeu já perto de 600 cadernos reivindicativos.

MAIS SINDICALISTAS VISITAM PORTUGAL

Estará em Lisboa, de 11 a 13 deste mês, mais uma delegação da Confederação Mundial de Trabalho — CMT, a fim de desenvolver contactos sindicais.

Também, amanhã é esperado na capital, em visita ao nosso País e para estabelecer contactos com a Intersindical, o sr. Ruso Zaklen, delegado

da Confederação dos Sindicatos Jugoslavos.

RECTIFICAÇÃO SOBRE PRETENSÕES AUXÍLIOS INTERNACIONAIS

A Intersindical esclarece que não lhe diz respeito a informação contida na notícia publicada pelo «Diário de Lisboa» de 4 de Julho, com o título «Auxílio mundial

para o movimento sindical português».

Até ao momento, o único donativo recebido pela Intersindical resume-se a 415 francos franceses, oferecido pelos emigrantes portugueses em França, não se tendo verificado qualquer auxílio proveniente das confederações dos sindicatos belgas, israelitas, luxemburgueses e alemães como se afirma na referida notícia.

10 JUL. 1974

REUNIÃO GERAL DE SINDICATOS

Promovida pelo Secretariado da Intersindical realiza-se no próximo dia 13, às 14 horas, uma reunião geral dos sindicatos aderentes.

No decurso da reunião, que prosseguirá no dia seguinte, pelas 9 horas, serão analisados diversos problemas, nomeadamente, os que dizem respeito à definição das relações com o Governo Provisório, ao papel da Intersindical nos conflitos de trabalho e à participação dos membros da Intersindical em comícios e outras actividades das organizações políticas. Será ainda objecto de discussão o projecto de estrutura sindical e o respectivo regulamento. Está igualmente prevista a nomeação da comissão organizadora da Conferência Sindical Internacional de apoio ao povo do Chile que se efectuará em Portugal, de 11 a 15 de Setembro.

10 JUL 1974

Reunião geral dos sindicatos aderentes à União dos Sindicatos do Sul

Convocada pelo secretariado da União dos Sindicatos do Sul, efectua-se hoje, ás 9 horas, na Rua Vitor Cordon, 1, 3.º, uma reunião geral dos sindicatos aderentes, com a seguinte ordem de trabalhos:

PRINCIPIOS GERAIS: definição das relações com o Governo Provisório; papel da Intersindical nos conflitos de trabalho; participação dos membros da Intersindical nos comícios e demais actividades das organizações políticas; quem são os delegados da Intersindical.

ORGANIZAÇÃO: discussão do projecto de estrutura sindical e respectivo regulamento.

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PESCADORES: papel e apoio da Intersindical.

Fundos

Nomeação da comissão organizadora da Conferência Sindical Internacional de apoio ao povo chileno, a realizar em Portugal, de 11 a 15 de Setembro.

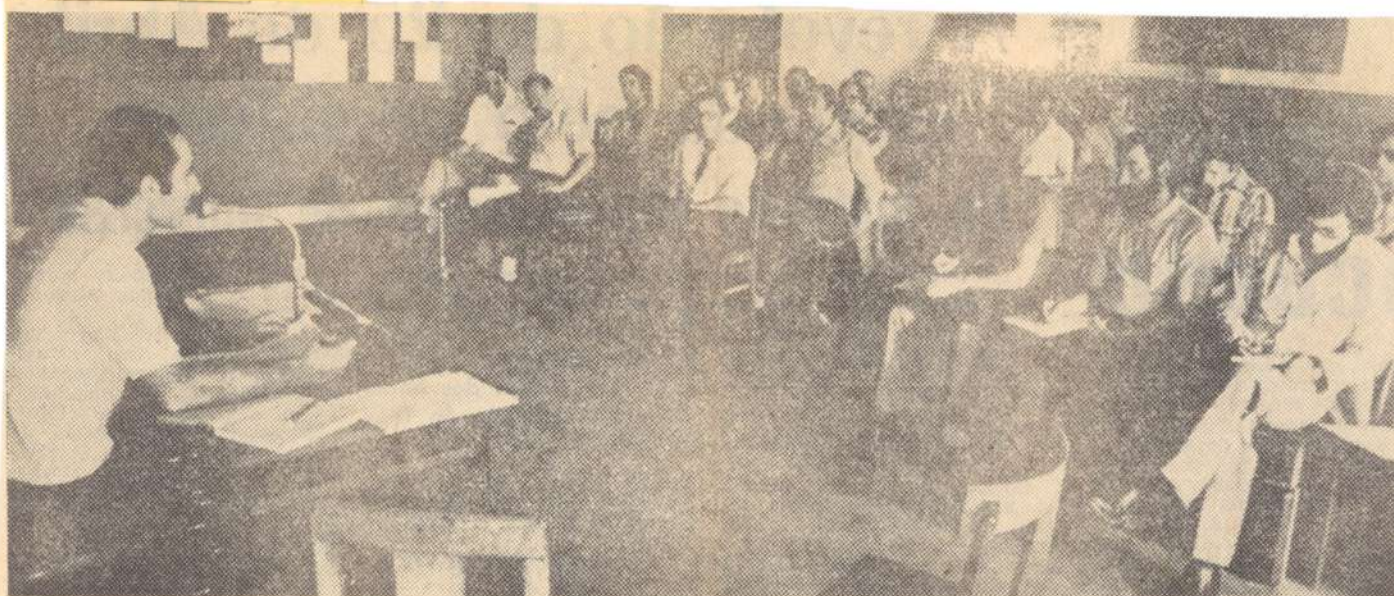


Foto Lobo Pimentel Jr.

Costa Pereira, do secretariado da Intersindical, dirigindo a reunião de ontem

Reunidos em Lisboa

Representantes dos Sindicatos do Sul reclamaram nova legislação sindical

Os delegados à reunião geral da União dos Sindicatos do Sul discutiram, ontem, no edifício da Intersindical, o problema dos despedimentos que se sucedem por todo o País, e manifestaram grande preocupação pela frequência e dimensão que estes actos do patronato vão assumindo.

Foi ainda encarada a urgente necessidade de ver publicada a legislação sindical que defenda os verdadeiros e legítimos direitos dos trabalhadores.

A reunião, que começou pouco depois das 9 horas e acabou perto das 22, foi uma autêntica maratona de discussões e votações, tendo, ao longo do dia, chegado à mesa dezenas de propostas.

A agenda de trabalhos, em si mesma bastante extensa, continha problemas de exame delicado, razão que tornou demorada a formulação de algumas questões.

Convocada pelo secretariado da União, a assembleia reflectiu a posição dos 35 sindicatos presentes e deliberou sobre as relações a ter com o Governo Provisório, o papel da Intersindical nos conflitos de trabalho, a participação dos membros da Intersindical nos comícios e demais actividades das organizações políticas, quem pode ser considerado delegado da Intersindical, projecto da estrutura sindical futura e respectivo regulamento, papel e formas de apoio da Intersindical e nomeação da comissão organizadora da Conferência Sindical Internacional para apoio ao povo chileno a realizar em Portugal de 11 a 15 de Setembro próximo.

«A Intersindical e os sindicatos nela filiados mantêm e

manterão em relação ao Governo Provisório uma atitude de independência, a qual lhes permitirá dar a sua cooperação e apoio às medidas governamentais que vão de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores reservando-se o direito de criticar e combater quaisquer medidas que possam prejudicar os trabalhadores que representam.»

Quanto ao papel da Intersindical nos conflitos de trabalho entendeu-se que esta não poderá «intervir por forma que a sua actuação possa ser tomada como uma arbitragem, não sendo de atender quaisquer pedidos de intervenção que possam vir a ser feitos pelos organismos do Ministério do Trabalho ou das organizações patronais.»

No que respeita a acções de carácter partidário, deliberou-se que embora «todos os trabalhadores como cidadãos tenham a obrigação de participar na actividade política dos partidos, que julguem melhor defender os seus interesses de classe, os delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias, por desta maneira porem em risco a unidade do Movimento Sindical.»

Ficou também definido

que só poderão ser considerados representantes ou delegados da Intersindical «os trabalhadores devidamente credenciados para esse efeito visto que há precedentes de indivíduos o terem feito sem que possuíssem tal representatividade ou prerrogativas.

Foi ainda elaborada uma estrutura orgânica que considera as comissões sindicais na empresa, os sindicatos, as federações de sector, as uniões sub-regionais, as uniões regionais e o Plenário Nacional, que será o órgão deliberativo máximo da Intersindical.

Decidiu-se propor à Intersindical que esta apoie todas as acções dos trabalhadores agrícolas, pescadores e funcionários públicos, no sentido de se organizarem livremente, constituídos em sindicatos verdadeiramente representativos.

Foram sugeridas algumas medidas para a obtenção dos fundos necessários ao bom funcionamento das estruturas sindicais e aprovada uma proposta decidindo que a Intersindical proceda à eleição de uma comissão organizadora da Conferência Sindical Internacional de apoio ao povo chileno.

«O facto de os trabalhadores

portugueses terem readquirido a liberdade, depois de quase cinquenta anos de fascismo, torna-os particularmente sensíveis aos sofrimentos infligidos ao povo do Chile pela ditadura fascista chilena laica do imperialismo». — es- creve-se na referida proposta

11 JUL. 1974

6-C

A INTERSINDICAL E OS CONFLITOS DE TRABALHO

— QUESTÃO ANALISADA NA REUNIÃO DA
UNIÃO DOS SINDICATOS DO SUL

Com a presença de representantes de 26 sindicatos prossegue hoje, na Intersindical, a reunião, ontem iniciada e convocada pela União dos Sindicatos do Sul, durante a qual se continuarão a discutir questões importantes para aquela entidade, como seja o papel da Intersindical nos conflitos de trabalho. Será também nomeada, nesta reunião, a comissão organizadora da Conferência Sindical Internacional de Apoio ao Povo Chileno a realizar em Portugal de 11 a 15 de Setembro próximo. Os resultados serão divulgados através de um comunicado.

● Trabalhadores da função pública

Entretanto, o Secretariado da Intersindical, após examinar a situação em que se encontram os trabalhadores da função pública, decidiu:

Apoiar todas as acções desses trabalhadores que visem a revogação do Estatuto do Funcionalismo Público; apoiar os trabalhadores da função pública na criação de organizações de classe em circunstâncias idênticas a todos os trabalhadores portugueses; manifestar o seu desacordo com os aumentos de vencimentos agora concedidos; apoiar as acções para atingir as justas reivindicações dos trabalhadores; que se proceda ao saneamento do aparelho do Estado o mais rapidamente possível; alertar os trabalhadores para se manterem vigilantes contra as manobras da reacção; e finalmente apelar para que todos os trabalhadores reforcem a sua unidade e organização.

● Reunião geral de sindicatos

Realiza-se no próximo dia 13, às 14 horas uma reunião geral, promovida pelo Secretariado da Intersindical, dos sindicatos aderentes.

No decurso da reunião, que prosseguirá no dia seguinte, pelas 9 horas, serão analisados diversos problemas, nomeadamente, os que dizem respeito à definição das relações com o Governo Provisório, ao papel da Intersindical nos conflitos de trabalho e à participação dos membros da Intersindical em comícios e outras actividades das organizações políticas. Será ainda objecto de discussão o projecto de estrutura sindical e o respectivo regulamento.

● Federação Mundial da Juventude Democrática

Recebemos do Secretariado da Intersindical a informação de que uma delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática, que visitou o nosso país, se deslocou à Intersindical a fim de tomar conhecimento com os problemas que presentemente se põem perante os trabalhadores portugueses e a sua estruturação frente ao patronato.

Compunham a delegação, Eliane Hulot, da França, Antonio Fernandez, do Chile e vice-presidente da F. M. J. D., Toshko Toshkov, da Bulgária e Heino Hoffmann, da República Federal da Alemanha.

Recebidos por elementos do Secretariado da Intersindical, a delegação da F. M. J. D. teve oportunidade de se inteirar da actual conjuntura sindical.

Depois de algumas manifestações de alegria, pois é a primeira vez que a F. M. J. D. está em Portugal, foram os elementos da delegação esclarecidos acerca de diversas questões por eles postas aos membros do Secretariado da Intersindical e directamente relacionadas com esta entidade.

SINDICATOS DO SUL: INDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO CRÍTICA COM O GOVERNO

A União dos Sindicatos do Sul, reunida, com a presença de 35 sindicatos, decidiu que, dadas as circunstâncias de institucionalização do governo, a sua constituição e os seus limites de acção, os sindicatos deveriam adoptar uma linha de independência que permitirá uma cooperação com o governo que vá de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores, reservando-se o direito de criticar e combater as medidas que considerem prejudiciais aos trabalhadores.

A reunião denunciou casos de utilização abusiva do nome da Intersindical e aprovou que os delegados à União ou à Intersindical não possam intervir, nessa qualidade, em comícios ou outras actividades partidárias.

A reunião aprovou, igualmente, uma proposta no sentido de a Intersindical dar todo o apoio aos trabalhadores trabalhadores da Ad-

ministração Pública e trabalhadores rurais que se desejem organizar sindicalmente.

Foi, ainda, aprovado que o secretariado se encarregaria de enviar ao Conselho de Ministros uma moção exigindo a publicação de um programa definidor da política económica e da legislação sindical, de acordo com os interesses dos trabalhadores, que se avance rapidamente no sentido do reconhecimento do direito à independência dos povos das Colónias, que sejam tomadas medidas enérgicas para evitar os despedimentos e que se cumpra inequivocamente o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Finalmente, a reunião debreçou-se sobre a organização, em Lisboa, em Setembro próximo da Conferência Internacional de Apoio ao Povo Chileno, feita a convite de três Confederações Mundiais.

12 JUL. 1974

SINDICATOS: independentes (em relação ao Governo) e apolíticos

Com a presença de 35 sindicatos, realizou-se anteontem a reunião convocada pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Sul.

Nessa reunião ficou decidido quais as linhas gerais das relações dos sindicatos com o Governo Provisório, que serão baseados — devido à constituição, limite de acção e às circunstâncias da institucionalização desse Governo — numa atitude de independência, o que permitirá toda uma cooperação e apoio às medidas governamentais que vão de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores, mas reservando-se o direito de criticar e combater quaisquer medidas que os possam prejudicar.

Durante a reunião, foi também definido que a intervenção das organizações sindicais nos processos de conflitos nas relações de trabalho deverá ser feita a partir das comissões de delegados sindicais, passando depois aos respectivos sindicatos; a intervenção das Uniãos de Sindicatos ou da Intersindical só se verificará quando as comissões ou os sindicatos o solicitarem.

Na discussão de um documento apresentado posteriormente, os dele-

gados presentes foram informados por um orador que se tinham detectado casos de uso abusivo do nome da Intersindical. Neste sentido, ficou assente que a representação da União ou da Intersindical só poderia ser feita por delegados devidamente credenciados pelos respectivos organismos.

Foi ainda aprovado que todos os cidadãos têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe, mas que os delegados à União e à Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir em comícios ou outras actividades partidárias, por porem em risco a unidade do movimento sindical.

Em seguida, a assembleia discutiu e aprovou linhas gerais de processos democráticos dentro do organismo, de acordo com o objectivo de um movimento sindical unitário e independente.

Regularizando as despesas inerentes ao funcionamento da União para a prossecução dos fins estabelecidos, foi aprovada uma proposta que estabelece a participação dos sindicatos.

Sobre o papel e apoio a dar pela União aos trabalhadores rurais, da administração pública e pescadores, foi aprovada uma proposta no sentido de a Intersindical dar todo o apoio a estes trabalhadores, quando o solicitarem, no sentido de se organizarem sindicalmente.

Finalmente, foram apresentadas várias propostas e moções. O secretariado ficou encarregado de enviar ao Conselho de Ministros o texto de uma moção exigindo a publicação de um programa definidor da política económica e a legislação sindical, ambas de acordo com os interesses dos trabalhadores; impedir o «lock-out»; que se avance rapidamente para o reconhecimento à independência dos povos das colónias; que sejam tomadas medidas enérgicas para impedir os despedimentos, e que se cumpra inequivocamente o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Ficou expresso que os trabalhadores portugueses se sentiam honrados por terem sido convidados pelas três confederações mundiais a organizarem a Conferência Internacional de Apoio ao Povo Chileno, que se realiza em Lisboa no próximo mês de Setembro. A proposta esclarecia ainda que «o facto de os trabalhadores portugueses terem readquirido a liberdade depois de quase 50 anos de fascismo, torna-os particularmente sensíveis aos sofrimentos infligidos ao Povo do Chile, pela ditadura fascista chilena e lacaia do imperialismo».

A reunião, que começou cerca das 9 horas, só terminou às 22, em virtude da amplitude e importância dos assuntos discutidos.



A sabotagem da banca atinge sobretudo a pequena e média empresa, afirmou Canais Rocha à «República», na presença de Maria Tereza Pires também do secretariado da Intersindical

O CAPITALISMO ESTÁ A ATIRAR PARA CIMA DOS TRABALHADORES OS EFEITOS DE UMA CRISE DE QUE ELES NÃO TÊM RESPONSABILIDADE

— afirmou Canais Rocha

«O capitalismo está a atirar para cima dos trabalhadores os efeitos de uma crise da qual eles não têm qualquer responsabilidade» — afirmou-nos esta manhã Canais Rocha, destacado dirigente sindical português que foi representante oficial dos nossos trabalhadores à Conferência Internacional do Trabalho, da O. I. T., realiza-

da no passado mês de Junho, em Genebra.

Depois de nos referir que tinha acabado de regressar de uma digressão pela Província, onde esteve em contacto com as Uniões Sindicais de vários distritos e que isso, naturalmente, o impede de se man-

Continua na última pág.)

Os trabalhadores e a crise

(Continuado da 1.ª pág.)

festar sobre os acontecimentos políticos recentes, salientou-nos, no entanto, que não teve qualquer contacto oficial, quer a nível pessoal, quer por intermédio da Intersindical, e que, por isso, está posta de parte qualquer hipótese de vir a pertencer ao novo Governo.

Não se furtou, contudo, a dar-nos a sua opinião sobre o actual momento sindical e de nos traçar aquilo que se pode considerar como as grandes coordenadas em que se inserem os anseios e os interesses dos trabalhadores.

«Na minha opinião, a situação caracteriza-se por dois aspectos. O primeiro, é que o capitalismo está a atirar para cima dos trabalhadores os efeitos de uma crise da qual eles não têm qualquer responsabilidade. Isto manifesta-se, por um lado, na recusa sistemática por parte das entidades patronais em cumprir as convenções colectivas que acordaram — caso dos Metalúrgicos, Construção Civil etc. — a recusa, ainda, de uma grande parte, também, em não pagarem o salário mínimo estabelecido pelo Governo, o que dá origem a uma vaga de despedimentos que continuam a aumentar e que atinge, já hoje, largos milhares de trabalhadores. O segundo aspecto é que a organização sindical existente, apoiada nas estruturas legadas pelo fascismo, é completamente afogada pelos inúmeros conflitos de trabalho, que se manifestam por todo o lado e que a obriga a uma actividade constante e que só muito dificilmente pode intervir de uma forma efectiva na defesa dos interesses dos trabalhadores. Este processo verifica-se quando as organizações têm necessidade imperiosa de se transformarem em verdadeiros sindicatos de massas, solidamente implantados nas empresas, e apoiados numa larga rede de delegados e comissões sindicais. Daí que a tónica esteja posta na acção em detrimento da reestruturação».

Sobre as razões da crise que vivemos, adiantou: «Na origem da crise torna-se cada vez mais clara uma sabotagem por parte da banca, a qual vai atingir sobretudo a pequena e média empresa e, fundamentalmente, os traba-

lhadores que aí exercem a sua actividade, que cada vez mais são atirados para o desemprego».

Por outro lado, crescem as apreensões dos trabalhadores acerca dos aspectos fundamentais da actividade governamental. Na verdade, a democratização do país, iniciada em 25 de Abril, sofre regressões num lado, e só evolui muito lentamente noutro. O saneamento que é urgente fazer em toda a máquina estatal está quase por materializar. E certos decretos-leis já prometidos continuam a ver protelados os prazos para a sua publicação. Concretamente, os trabalhadores surpreendem-se por não terem sido ainda tomadas as medidas legislativas que impeçam os despedimentos. O impasse em que se encontram as negociações com os movimentos de libertação das colónias não pode deixar de ser também uma fonte de preocupações pois não é possível instaurar a democracia em Portugal enquanto não for solucionado o problema colonial».

Preguntámos, então, quais os principais obstáculos à solução da crise que vivemos, e de que lado eles vêm. Eis a resposta:

«Os maiores obstáculos são utilizados pelo capitalismo nacional e pelo imperialismo,

através da acção das empresas multinacionais: o capitalismo nacional — acrescentou Canais Rocha —, na medida em que está a levantar grandes limitações à concessão de créditos e se recusa a investir; e o imperialismo, através das multinacionais e pelo estrangulamento dos mercados. (...) Redução nas exportações, levantamento de obstáculos ao envio das remessas dos emigrantes e esforços desesperados para baixar a corrente turística para o nosso país.

(...) As medidas económicas anunciadas pelo ministro Vieira de Almeida nem de longe tentam combater esta situação. No Programa do Movimento das Forças Armadas fala-se no desenvolvimento de uma política económica «numa perspectiva anti-monopolista». Para solucionar a crise é necessário levar a cabo uma política que tenha por objectivo combater o poder dos monopólios.

A não ser assim continuarmos a ser os trabalhadores a sofrer os efeitos da crise e ninguém poderá surpreender-se da sua reacção que se poderá manifestar das mais variadas formas».

12 JUL. 1974

UNIÃO DOS SINDICATOS DO SUL

DEFENDIDA A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

Trinta e cinco Sindicatos compareceram à reunião convocada pela União dos Sindicatos do Sul para a passada quarta-feira e que em virtude da amplitude e importância dos assuntos discutidos se prolongou desde as 9 horas da manhã até às 22.

Nessa reunião ficou decidido quais as linhas gerais das relações dos Sindicatos com o Governo Provisório, que serão baseadas numa atitude de independência, permitindo assim toda uma cooperação e apoio às medidas governamentais que vão de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores, reservando-se no entanto o direito de criticar e combater quaisquer medidas que os possam lesar.

Na discussão de um documento apresentado posteriormente, os delegados presentes foram informados por um orador que se tinham detectado casos de uso abusivo do nome da Intersindical. Neste sentido ficou assente que a representação da União ou da Intersindical só poderia ser feita por delegados devidamente credenciados pelos respectivos organismos.

Foi ainda aprovado que todos os cidadãos têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe, mas que os delegados à União e à Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir em comícios ou outras actividades partidárias, por porem em risco a Unidade do Movimento Sindical.

Regularizando as despesas inerentes ao funcionamento da União para a prossecução dos fins estabelecidos, foi aprovada

uma proposta que estabelece a participação dos Sindicatos.

PROIBIR O «LOCK-OUT»

A assembleia debruçou-se posteriormente sobre um documento apresentado por uma comissão previamente eleita, o qual acabou por ser aprovado na generalidade, tendo ficado decidido que o mesmo seria amplamente discutido em assembleias de trabalhadores.

Sobre o papel e apoio a dar pela União dos Sindicatos do Sul aos trabalhadores rurais, da administração pública e pescadores, foi aprovada uma proposta no sentido de promover todo o apoio a estes trabalhadores, quando o solicitarem, no sentido de se organizarem sindical-

mente.

Finalmente foram apresentadas várias propostas e moções. O Secretariado da União ficou encarregado de enviar ao Conselho de Ministros o texto de uma moção exigindo a publicação de um programa definidor da política económica e a legislação sindical, ambas de acordo com os interesses dos trabalhadores. proibir o «lock-out», que se avance rapidamente para o reconhecimento à independência dos povos das colónias, que sejam tomadas medidas enérgicas para impedir os despedimentos e que se cumpra inequivocamente o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Depois de ficar expresso nu-

ma proposta que os trabalhadores portugueses se sentiam honrados por terem sido convidados pelas três Confederações Mundiais a organizarem a Conferência Internacional de Apoio ao Povo Chileno, e que se realiza em Lisboa no próximo mês de Setembro, esta esclarecia que «o facto dos trabalhadores portugueses terem readquirido a liberdade depois de quase 50 anos de fascismo, torna-os particularmente sensíveis aos sofrimentos infligidos ao Povo do Chile, pela ditadura fascista chilena e lacaia do imperialismo». Deste modo havia a obrigação de organizar a Conferência por forma a que ela seja uma grande e frutuosa jornada de apoio e solidariedade ao Povo Chileno.

12 JUL. 1974

A INTERSINDICAL E OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Reunido há dias em sessão plenária, o Secretariado da Intersindical examinou a situação dos trabalhadores da função pública, tendo tomado diversas decisões, entre as quais:

— Apoiar todas as acções desses trabalhadores que visem

a revogação do chamado Estatuto do Funcionalismo Público; manifestar a todos o seu apoio ao direito que lhes assiste à liberdade sindical e a criar as suas organização de classe, em igualdade de circunstâncias com todos os trabalhadores portugueses; considerar da máxima urgência que se proceda ao saneamento do aparelho de Estado; alertar todos os trabalhadores para a necessidade de se manterem vigilantes contra as manobras da reacção (ao serviço do capitalismo nacional e internacional), ao mesmo tempo que devem exigir o cumprimento rigoroso do programa do Movimento das Forças Armadas.

13 JUL. 1974

PORTO

A União dos Sindicatos do Sul juntou numa reunião delegações de trinta e cinco sindicatos

Com a presença de 35 Sindicatos realizou-se a reunião convocada pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Sul.

Nessa reunião ficou decidido quais as linhas gerais das relações dos Sindicatos com o Governo Provisório, que serão baseadas — devido à constituição, limite de acção e às circunstâncias de institucionalização desse Governo — numa atitude de independência, o que permitirá toda uma cooperação e apoio às medidas governamentais que vão de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores, mas reservando-se o direito de criticar quaisquer medidas que possam prejudicar os trabalhadores.

Durante a reunião foi também definido que a intervenção das organizações sindicais nos processos de conflitos nas relações de trabalho deverá ser feita a partir das Comissões de Delegados Sindicais, passando depois aos respectivos Sindicatos; a intervenção das Uniões de Sindicatos ou da Intersindical só se verificará quando as Comissões ou os Sindicatos o solicitarem.

Na discussão de um documento apresentado posteriormente, os delegados presentes foram informados por um orador que se tinham detectado casos de uso abusivo do nome da Intersindical. Neste sentido ficou assente que a representação da União ou da Intersindical só poderia ser feita por delegados devidamente credenciados pelos respectivos organismos.

Foi ainda aprovado que todos os cidadãos têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe, mas que os delegados à União e à Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir em comícios ou outras actividades partidárias, por porem em risco a Unidade do Movimento Sindical.

Em seguida a assembleia discutiu e aprovou linhas gerais de processos democráticos dentro do organismo, de acordo com o objectivo de um Movimento Sindical Unitário e Independente.

Regularizando as despesas inerentes ao funcionamento da União para a prossecução dos fins estabelecidos, foi aprovada uma proposta que estabeleça a participação dos Sindicatos.

A assembleia debruçou-se posteriormente sobre um documento apresentado por uma comissão previamente eleita, o qual acabou por ser aprovado na generalidade, tendo ficado decidido que o mesmo seria amplamente discutido em assembleias de trabalhadores nos locais de trabalho.

Sobre o papel e apoio a dar pela União aos trabalhadores rurais, da administração pública e pescadores, foi aprovada uma proposta no sentido da Intersindical dar todo o apoio a estes trabalhadores, quando o solicitarem, no sentido de se organizarem sindicalmente.

Finalmente foram apresentadas várias propostas e moções. O Secretariado ficou encarregado de enviar ao Conselho de Ministros o texto de uma moção pedindo a publicação de um programa definidor da política económica e a legislação sindical, ambas de acordo com os interesses dos trabalhadores, impedir o «lock-out», que se avance rapidamente para o reconhecimento à independência dos povos das colónias, que sejam tomadas medidas enérgicas para impedir os despedimentos e que se cumpra inequivocamente o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Depois de ficar expresso que os trabalhadores portugueses se sentiam honrados por terem sido convidados pelas três Confederações Mundiais a organizarem a Conferência Internacional de Apoio ao Povo Chileno, e que se realiza em Lisboa no próximo mês de Setembro. A proposta esclarecia ainda que «o facto dos trabalhadores portugueses terem readquirido a liberdade depois de quase 50 anos de fascismo, torna-os particularmente sensíveis aos sofrimentos infligidos ao Povo do Chile, pela ditadura fascista.

A reunião que começou cerca das 9 horas só terminou às 22, em virtude da amplitude e importância dos assuntos discutidos.

REUNIÃO DE ESTIVADORES

A fim de resolverem problemas ligados com a sua sindicalização, que lhes é negada, os estivadores e os trabalhadores do tráfego reúnem-se, hoje, pelas 9 horas, na sede da Intersindical, Rua Vitor Cordeiro, 1-3.º.



13 JUL 1974

JORNALISTAS DE SINDICATOS SUECOS EM PORTUGAL

Estiveram no nosso país treze jornalistas das organizações sindicais suecas, a fim de contactarem o Partido Socialista e os sindicatos e a Intersindical portugueses. A delegação, que era acompanhada pelo nosso camarada Rui Mateus, representante do Partido Socialista da Suécia, deteve-se no nosso país durante seis dias.

13 JUL. 1974

Para uma estratégia sindical

Agora que novas perspectivas se abrem para todos os trabalhadores, a Intersindical tem um grande papel a representar na reorganização e reestruturação sindical como, aliás, já tinha vindo a fazer semiclandestinamente durante os últimos quatro anos.

A Intersindical, nesta nova fase da sua actividade, elaborou dois documentos fundamentais, um dos quais, pela actualidade das linhas que neste momento devem nortear os trabalhadores, transcrevemos.

Documento elaborado na reunião da Intersindical do dia 8-5-74:

1 — A existência de Sindicatos Democráticos, fortes e virados para a defesa dos interesses dos trabalhadores, só será possível com a liquidação total do regime fascista, com a conquista das liberdades fundamentais.

Por isso, no momento presente, o objectivo fundamental da classe operária e restantes massas trabalhadoras deverá ser a consolidação das conquistas já alcançadas, base indispensável da criação dum Estado Democrático.

2 — A conquista da tal objecto pressupõe a luta unida firme e intransigente dos trabalhadores contra todos os focos da reacção, em unidade com as demais forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas.

Esta luta resulta do facto de que as forças e estruturas fascistas não estão ainda destruídas — nem o poderão estar em breves semanas — e que há que abater 50 anos de criações reaccionárias. Por outro lado, há que criar as necessárias condições subjectivas, que impeçam, também elas, o retorno ao regime de terror e opressão que foi derrubado em 25 de Abril.

3 — Nesta fase da luta dos trabalhadores que necessariamente terá que ser unitária com todas as forças antifascistas, é imperioso que a estratégia sindical se apoie

numa perspectiva de organização de melhoramento do nível da vida de todo o Povo Português, de assegurar uma Previdência digna, reestruturada e gerida pelos beneficiários.

4 — A organização dos trabalhadores que se liga directamente à reorganização sindical, deve ter um papel importante na estratégia sindical para os meses mais próximos, talvez mesmo o ano mais próximo. Ela deve ser levada a efeito desde a empresa até às Uniões ou Federações, até à Confederação. Ela será rma das maneiras de extirpar em definitivo os resíduos do fascismo e, por outro lado será o alicerce em que se apoiará a luta futura dos trabalhadores no plano reivindicativo.

5 — O melhoramento geral do nível de vida do Povo Português é uma necessidade imediata. Mas a luta por tal objectivo deverá inserir-se na luta geral pela liquidação do fascismo e construção do Portugal Democrático. No momento presente ela deve representar o resultado lógico do derrube do regime corporativo-fascista e não o aproveitamento feito por arrivistas e oportunistas que, objectivamente, fazem o jogo da reacção.

6 — Com a liquidação do regime fascista terminou todo o complicado processo da contratação colectiva que o corporativismo impõe aos trabalhadores. Mas a liquidação prática e efectiva de tal processo ainda está por completar. Urge, pois, ultimá-la, impondo a negociação directa entre os trabalhadores e patrões, sem interferência da Administração Pública.

7 — É no contexto da luta reivindicativa, em geral e da negociação entre trabalhadores e patrões, em particular, que deverá ser inserido o emprego da greve. Conjugando as características do momento em que vivemos com a prática da luta de classes a greve é uma arma a usar pelos trabalhadores para resolver os conflitos das relações de trabalho, mas é uma arma que deverá ser usada como meio último, depois de esgotados todos os outros meios, e isto para evitar os aproveitamentos que todos os inimigos do Povo, da Democracia e dos trabalhadores fariam dum uso indiscriminado ou indevido da greve. Compate aos trabalhadores, através das suas organizações — então livres — vigiar para que provocadores não lancem a confusão, usando tal arma oportunisticamente.

8 — A estratégia sindical deverá tomar em conta que todas as organizações e iniciativas que digam especial e directamente respeito aos trabalhadores deverão passar ao controlo das suas organizações de classe. Como primeiro ponto deverá estar, pela sua importância, a Previdência, ou Segurança Social.

Nesta perspectiva, as Casas dos Pescadores e do Povo deverão ser dissolvidas e aproveitadas as instalações para se criarem Comissões Sindicais, mantendo-se os serviços de assistência até delimitação de esquema geral da Previdência.

9 — A orientação fundamental da estratégia sindical para o tempo em que durar a construção e consolidação da democracia não deverá incidir sobre muitos pontos diversificados mas antes, na actual conjuntura, deverá concentrar-se sobre os pontos básicos da linha programática para lançar as bases na luta para pôr fim à exploração dos trabalhadores.

CONCLUSÃO — A estratégia sindical deve, pois basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenada e unitária com todas as forças antifascistas para o aprofundamento das liberdades democráticas com o fim de construir e consolidar o Estado Democrático. Esta estratégia é produto do momento político que começou em 25 de Abril e que irá, pelo menos, até ao fim do Governo Provisório).

Actividade Sindical

A INTERSINDICAL CONCELHIA promove no próximo dia 19, no Cine-Teatro Virgínia, pe-las 21.30 horas, a sua primeira reunião ampla com os trabalhadores do nosso concelho, com o propósito de os pôr frente a problemas concretos da sua classe. Deste modo foi elaborada a seguinte agente de trabalhos:

- 1 — Informações regionais e gerais.
- 2 — Sindicalismo em Torres Novas.
- 3 — Nova vida sindical — Sindicatos Livres
- 4 — Participação dos trabalhadores na vida sindical
- 5 — Situação dos trabalhadores no momento actual.

Estes temas serão tratados por outros trabalhadores, e no final far-se-á um diálogo com a assembleia sobre os temas focados.

Sindicato dos Professores

No dia 19 de Julho realizam-se as eleições para a Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Professores. Duas listas apresentam dois programas à consideração dos professores.

Na semana em curso a lista A realizou uma sessão de esclarecimento no Entroncamento e a lista B outra sessão, também de esclarecimento, em Torres Novas. Em ambos os casos muitas pessoas estiveram presentes a denotar o interesse do professorado pelos problemas que afectam a sua classe.

Comunicado da Intersindical Concelhia

Realizou-se no passado dia 4, mais uma reunião da Intersindical Concelhia, tendo estado presentes os seguintes sindicatos: Empregados de Escritório e Caixeiros, Serviço Social, Bancários, Madeiras, Ajudantes

de Farmácia, Metalúrgicos, Gráficos e Construção Civil.

Foram trocados vários assuntos, divididos pelos seguintes pontos:

1 — Informação sobre as Campanhas em Curso pela União Nacional dos Estudantes Portugueses, no que diz respeito a Alfabetização e Sanitária, as quais foi decidido dar apoio na sua divulgação.

2 — Foi criada uma Comissão de Sede, que ficará com o encargo do funcionamento da Sede diariamente, com os elementos dos seguintes sindicatos: Bancários, Gráficos, Escritório e Caixeiros, Madeiras, Metalúrgicos, Aj. de Farmácia, Serviço Social e Construção Civil.

Esta comissão será alargada com mais um elemento de cada sindicato aderente.

3 — Sobre Reestruturação Sindical, foram trocadas algumas opiniões sobre a nova formação dos sindicatos,

tendo alguns delegados apresentado como hipótese provável, a criação da Sindicatos Nacionais por sectores de actividade, como via mais correcta na solução dos problemas dos trabalhadores.

4 — Através de alguns trabalhadores da firma Lourenço & Irmão, a Intersindical Concelhia teve conhecimento de certas anomalias passadas na respectiva Empresa, entre outras, o não cumprimento do CCT, tendo resolvido marcar uma sessão de esclarecimento para o passado dia 10, na qual foram trocados assuntos de interesse da classe.

5 — De acordo com todos os delegados presentes, foi marcado para o dia 19, a Primeira Reunião de Trabalhadores, no Teatro Virgínia, onde serão focados diversos pontos de esclarecimentos.

6 — Foi lido um comunicado da Classe Gráfica do Distrito, do teor seguinte: «Teve lugar no passado sábado 4, nesta vila de Torres Novas, mais uma reunião distrital de delegados da classe gráfica, promovida pela comissão local.

Foi uma reunião de trabalho, onde foram analisados pontos concretos da classe distrital, a saber:

1.º: Informações; 2.º: Organização Sindical; 3.º: Necessidades imediatas; 4.º: Criação dum Secretariado a funcionar nesta vila, por uma questão de situação geográfica e de o funcionamento duma sede. Esse Organismo emanou já a todas as Empresas do Distrito que ainda não estão organizadas, um comunicado onde se pede aos colegas que façam eleições para a formação de delegados de Empresa.

A Intersindical funciona às quintas-feiras, de 15 em 15 dias, na Rua Miguel Bombarda, 99-2.º

DECLARAÇÕES DE PALMA CARLOS SOBRE DIREITO À GREVE INSULTO FRONTAL AOS TRABALHADORES — CONSIDERA A UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

LISBOA, 13 — Relativamente a declarações proferidas pelo prof. Palma Carlos, numa entrevista à RTP, sobre o direito à greve e a sua não regulamentação («a greve está proibida neste momento»).

Defendo o direito à greve, quando estiver regulamentada») a União dos Sindicatos

da cidade do Porto fez distribuir um comunicado em que o respectivo secretariado permanente diz «não poder deixar passar em claro o que considera um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores», tendo a propósito toda uma série de considerações.

Em certa altura, escreve-se: «afirmar que a greve está, neste momento, proibida, é afrontar a letra e o espírito do programa do Movimento das Forças Armadas, que representa um reconhecimento inegável das conquistas feitas pelos trabalhadores durante a odiosa opressão do regime fascista».

Antes, no mesmo documento a União dos Sindicatos da cidade do Porto frisa: «a regulamentação do direito inegável que é o uso da greve, interessa, sobretudo, aos trabalhadores. Ninguém mais do que os seus organismos representativos têm clamado pela publicação de legislação adequada sobre greves, despedimentos, contratação colectiva, etc., e se os diplomas em causa não foram ainda promulgados, a responsabilidade de nenhum modo lhes cabe». — (ANI)

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES CONSTITUIRÁ UM AMPLO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO E INDEPENDENTE

— aprovou a assembleia geral da Intersindical

«Tendo em conta os objectivos da luta dos trabalhadores portugueses, dentro dos parâmetros da nossa realidade, o movimento sindical deve ser unitário e independente assentando na utilização de processos democráticos e na existência de linhas de acção

comuns. Por isso, as organizações sindicais doutros países, ou por não terem carácter unitário, ou por serem de funcionamento muito complexo, não se adequam nem a essa realidade nem a esses objectivos, se bem que se assista neste momento à tentativa de

desenvolver uma luta unitária», afirma-se no documento aprovado pelo Plenário da Intersindical Nacional que se realizou no sábado e no domingo passados, sobre a reorganização e reestruturação sindical e que constituiu o ponto mais importante trata-

do nessa reunião.

A estrutura do nosso sindicalismo, dentro dum esquema de organização vertical, na perspectiva de sindicatos por sectores de actividade económica e no que respeita ao papel que lhe cabe de intervenção nos conflitos de trabalho

obedecerá à seguinte ordem de intervenção: Comissão de Delegados Sindicais, Sindica-

(Continua na 14.ª pág.)

A ASSEMBLEIA DA INTERSINDICAL

(Continuado da 1.ª pág.)

tos, Uniões de Sindicatos e Intersindical.

A intervenção destas organizações será feita sempre e inequivocamente, ao lado dos trabalhadores, apoiando e orientando a sua luta, pela ordem descrita, sempre que solicitada pelos trabalhadores. Não poderão as organizações sindicais intervir por forma a que a sua actuação possa ser tomada como uma «arbitragem». Não se atenderão quaisquer pedidos de intervenção, provenientes de organismos governamentais, entidades patronais e/ou suas organizações.

Sobre a intervenção de delegados da Intersindical em comícios e outras actividades dos Partidos Políticos, acordaram os sindicatos o seguinte: Todos os trabalhadores como cidadãos têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe. Os delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias por serem em risco a unidade do movimento sindical.

Analisando o momentoso e grave problema dos despedimentos, foi aprovada uma moção em que se analisa o uso de tal violência pelo patronato, se repudiam todos os despedimentos, não devendo estes serem permitidos a nível individual ou colectivo, se exige a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa, se exige a atribuição dum subsídio aos despedidos até sua reintegração e a

promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas tendentes a pôr fim aos despedimentos.

Os trabalhos, na manhã de domingo, prosseguiram com a discussão e aprovação do projecto de reestruturação sindical apresentado por uma comissão que para tal havia sido anteriormente nomeada. A perspectiva aprovada é, grosso modo, a de Sindicatos por sectores de actividade económica, formação de Uniões Regionais que agruparão os Sindicatos para a resolução de problemas comuns, de Federações agrupando sectores de actividade afins, e constituindo todo este conjunto a Intersindical.

Subjacente a este novo esquema está a ideia de que uma nova estruturação sindical deve tender a uma acção comum e unitária de todos os trabalhadores.

Porém, a solução agora encontrada não pode deixar de realisticamente ter em conta a situação actual.

UM POR CENTO DAS RECEITAS DOS SINDICATOS PARA FUNDOS DA INTERSINDICAL

Foi então recebida uma mensagem dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã enviada aos trabalhadores portugueses de «solidariedade na luta pela liquidação do fascismo e colonialismo, no caminho da Democracia livre e do Progresso Social».

Os Sindicatos presentes, das Uniões de Lisboa, Coimbra e Braga deram o seu apoio ao comunicado da União dos Sindicatos do Porto e de repúdio às afirmações do ex-Ministro Palma Carlos de que «a greve está proibida neste momento», afirmações essas que são consideradas «um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores».

Na parte da tarde os trabalhos recommençaram com a presença do camarada jugoslavo Zaklen Ruso da Confederação dos Sindicatos Jugoslavos, que saudou a Assembleia e se congratulou com o 25 de Abril.

Em seguida foi dada uma informação sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão de Previdência. Em virtude da complexidade e magnitude dos problemas apresentados foi decidido que o Plenário da Intersindical reunisse nos próximos dias 27 e 28 para tratar exclusivamente deste assunto.

A discussão sobre o ponto da Ordem de Trabalhos referente a fundos teve como decisão por parte do Plenário a aprovação duma proposta que determina a percentagem de 1 por cento das receitas sindicais de cada Sindicato para a Intersindical.

Analisado e discutido o papel da Intersindical perante os trabalhadores agrícolas, pescadores e função pública, foi aprovada uma proposta para que este organismo apoie todas as iniciativas, para que seja solicitado pelos respectivos trabalhadores, tendentes à constituição de sindicatos representativos; esse apoio deverá ser prestado por um Grupo de Trabalho coordenado pelo Secretariado da Intersindical.

Antes de terminar a sessão o Plenário decidiu constituir uma comissão a fim de preparar devidamente a Conferência Sindical Mundial de Auxílio ao Povo Chileno, que se realizará em Lisboa de 11 a 15 de Setembro p. f. e para cuja organização foi convidada a Intersindical Portuguesa.

SECVLQ-15/7/1974

**INTERSINDICAL DISTRI-
TAL DE LEIRIA** — Em relação
a um despacho do ministro dos
Assuntos Sociais, a Intersindi-
cal Distrital de Leiria distribuiu
extensa informação na qual to-
ma, entre outras, as seguintes
deliberações:

«Envidará todos os esforços e
utilizará todos os meios dignos
de luta, para que a Caixa de
Previdência do Distrito de Lei-
ria venha a ser efectivamente
dirigida por representantes dos
trabalhadores, democraticamen-
te eleitos; não aceitará qualquer
paridade entre a representação
dos trabalhadores beneficiários
e a dos funcionários da institui-
ção; a ter de existir um dele-
gado do Governo, ele terá de ser
escolhido por eleição democráti-
ca de entre os representantes
desse mesmo Governo se forem
residentes no distrito e reconhe-
cidos como pessoas da confian-
ça dos trabalhadores.»

Finalmente, a Intersindical do
Distrito de Leiria «quer, desde
já, deixar bem expresso o seu
propósito de discutir tão ampla-
mente quanto possível todos os
esquemas propostos com vista à
d direcção, e gestão das institui-
ções de Previdência, bem como
os benefícios a outorgar, mor-
mente nos domínios da doença e
da profilaxia que, para bem da
saúde das classes trabalhadoras,
não podem continuar entregues
ao monopólio da Medicina offi-
cial».

O documento é subscrito pelos
Sindicatos de Escritório e Cai-
xeiros de Leiria, Motoristas, La-
nifícios de Castanheira de Pêra,
Vidreiros da Marinha Grande,
Metalúrgicos, Indústria de Pa-
nificação e Secção do Sindicato
de Lanifícios de Mira de Aire.

16 JUL. 1974

Projecto de reestruturação sindical aprovado pela Assembleia da Intersindical

Um projecto de reestruturação sindical que prevê a organização de sindicatos por sectores de actividade económica a formação de Uniões Regionais que agruparão os Sindicatos para a resolução de problemas comuns e de Federação que agrupem sectores de actividades afins, constituindo todo este conjunto a Intersindical, foi aprovado pela Assembleia Geral da Intersindical, cuja primeira sessão decorreu na semana passada.

Segundo a nota informativa do Gabinete de Imprensa da Intersindical Nacional, esta solução teve necessariamente em conta a realidade da situação actual, permanecendo no entanto, subjacente, a ideia de que uma nova estruturação sindical deve tender para uma acção comum e unitária de todos os trabalhadores.

A Assembleia deliberou também que a intervenção das organizações sindicais nos processos resultantes de conflitos nas re-

lações de trabalho, seria feita pela seguinte ordem; Comissões de Delegados Sindicais; Sindicatos; Uniões de Sindicatos e Intersindical. A intervenção destas organizações será feita ao lado dos trabalhadores, sempre que solicitada por estes, não se atendendo pedidos de intervenção provenientes de organismos governamentais, entidades patronais e, ou, suas organizações.

READMISSÃO DE TRABALHADORES DESPEDIDOS

Relativamente aos despedimentos em massa que se têm verificado, foi aprovada uma moção de repúdio de todos os despedimentos, exigindo-se a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa, bem como a atribuição de um subsídio aos despedidos até à sua reintegração, e a promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas tendentes a pôr fim aos despedimentos.

Os sindicatos presentes, das Uniões de Lisboa, Coimbra e Braga, deram o seu apoio ao comunicado da União dos Sindicatos do Porto, de repúdio às firmações do ex-ministro Palma Carlos, de que a «greve está proibida neste momento», por as considerarem «um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores».

Foi decidido que o Plenário da Intersindical reuniria nos próximos dias 27 e 28, para se ocupar exclusivamente do trabalho desenvolvido pela Comissão da Previdência.

Foi também determinado que cada sindicato contribuirá com a percentagem de 1 por cento das suas receitas para a Intersindical.

Antes de terminar, o Plenário decidiu constituir uma comissão para preparar a Conferência Sindical Mundial de Auxílio ao Povo Chileno, que se realizará em Lisboa, de 11 a 15 de Setembro próximo e para cuja organização foi convidada a Intersindical Portuguesa.

17 JUL 1974

Os delegados da Intersindical (nesta qualidade) não devem intervir em actividades partidárias

Com a presença de representantes de numerosos sindicatos de todo o País, decorreu a primeira sessão da assembleia geral da Intersindical, estando a continuação dos trabalhos marcada para 27 e 28 do corrente.

Quanto ao papel da Intersindical nos conflitos de trabalho, decidiu: os sindicatos que a intervenção das organizações sindicais nos processos resultantes de conflitos nas relações de trabalho deverá ser feita pela seguinte ordem: Comissões de Delegados Sindicais; Sindicatos; União de Sindicatos e Intersindical.

A intervenção destas organizações será feita sempre, e inequivocamente, ao lado dos trabalhadores, apoiando e orientando a sua luta, pela ordem atrás descrita, sempre que solicitada pelos trabalhadores. Não poderão as organizações sindicais intervir por forma a que a sua actuação possa ser tomada por uma «arbitragem». Não se atenderão quaisquer pedidos de intervenção provenientes de organismos governamentais, e n t i d a d e s patronais e/ou suas organizações.

Sobre a intervenção de delegados da Intersindical em comícios e outras actividades dos partidos políticos, acordaram os sindicatos em que todos os trabalhadores como cidadãos têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe. Os delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias por porem em risco a unidade do movimento sindical.

Foi de novo realçado que um dos grandes objectivos imediatos da Intersindical é a constituição de um movimento sindical unitário e independente. Essa unidade só se obtém se for assente na utilização de processos democráticos e se na prática existirem linhas de acção comum.

O problema dos despedimentos

Analisando o momentoso e grave problema dos despedimentos, foi aprovada uma moção em que se analisa o uso de tal violência pelo patronato, se repudiam todos os despedimentos, não devendo estes serem permitidos a nível individual ou colectivos; se exige

a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa; se exige a atribuição de um subsídio aos despedidos até sua reintegração e a promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas tendentes a pôr fim aos despedimentos.

Foi discutido e aprovado um projecto de reestruturação sindical apresentado por uma comissão que para tal havia sido anteriormente nomeada. A perspectiva aprovada é, grosso modo, a de sindicatos por sectores de actividade económica, formação de Uniões Regionais, que agruparão os sindicatos para a resolução de problemas comuns, de Federações, agrupando sectores de actividade afins, e constituindo todo este conjunto a Intersindical.

Subjacente a este novo esquema está a ideia de que uma nova estruturação sindical deve tender a uma acção comum e unitária de todos os trabalhadores.

Porém, a solução agora encontrada não pode deixar de, realisticamente, ter em conta a situação actual.

Analisado e discutido o papel da Intersindical perante os trabalhadores agrícolas, pescadores e função pública, foi aprovada uma proposta para que este organismo apoie todas as iniciativas, para que seja solicitado pelos respectivos trabalhadores, tendentes à constituição de sindicatos representativos; esse apoio deverá ser prestado por um grupo de trabalho coordenado pelo Secretariado da Intersindical.

1º - Janeiro 17/7/1974

SAUDAÇÃO DOS TRABALHADORES ALEMÃES

A Intersindical distribuiu ontem uma mensagem dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã, para os trabalhadores portugueses, cujo teor é o seguinte:

«Os Sindicatos Livres da República Democrática Alemã (F. D. G. B.), vem trazer em nome dos seus 7.8 milhões de membros à classe trabalhadora portuguesa os mais solidários cumprimentos e felicitá-la pela queda da ditadura fascista de Marcelo Caetano, assim como pelos êxitos até agora obtidos na nova situação democrática do País. Estes acontecimentos, tão cheios de significado na história de Portugal, são o resultado da luta difícil e mártir dos trabalhadores portugueses, patriotas antifascistas e democratas, que sempre contaram com o apoio do movimento sindical mundial. Nós reafirmamos-lhes a nossa solidariedade na luta pela liquidação do fascismo e do colonialismo, no caminho da democracia livre e do progresso social.

«Desejamos-lhes também, o mais completo êxito na construção de sindicatos livres e unitários. A vossa acção é condição necessária para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e para a consolidação dos direitos sindicais e da liberdade.

«A «F.D.G.B.» está firmemente ao vosso lado na luta pela unidade da classe trabalhadora e pela democratização da sociedade portuguesa.»

17 JUL. 1974

MENSAGEM DOS SINDICATOS LIVRES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Os sindicatos livres da República Democrática Alemã enviaram a seguinte mensagem aos trabalhadores portugueses, que publicamos a pedido da Intersindical Nacional:

«Os sindicatos livres da República Democrática Alemã (F.D.G.B.) vêm trazer em nome dos seus 7, 8 milhões de membros, à classe trabalhadora portuguesa, os mais solidários cumprimentos e felicitações pela queda da ditadura fascista de Marcelo Caetano, bem como pelos êxitos até agora obtidos na nova situação democrática do país. Estes acontecimentos, tão cheios de significado na história de Portugal são o resultado da luta difícil e mártir dos trabalhadores portugueses, patriotas antifascistas e democratas, que sempre contaram com o

apoio do Movimento Sindical Mundial. Nós reafirmamos-lhes a nossa solidariedade na luta pela liquidação do fascismo e do colonialismo, no caminho da democracia e do progresso social.

Desejamos-lhes, também, o mais completo êxito na construção de sindicatos livres e unitários. A vossa acção é condição necessária para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e para consolidação dos direitos sindicais e da liberdade.

A «F.D.G.B.», está firmemente ao vosso lado na luta pela unidade da classe trabalhadora e pela democratização da sociedade portuguesa».

17 JUL. 1974

A INTERSINDICAL PROTESTA CONTRA A INTROMISSÃO DA CISL ACUSANDO-A DE TENTAR DIVIDIR OS TRABALHADORES PORTUGUESES

O Plenário da Intersindical Nacional, realizado no último fim de semana, aprovou um conjunto de conclusões e recomendações, para além das que por nós foram já relatadas na edição de anteontem, que ficam a constituir, elas também, medidas muito concretas da futura orientação por que se há-de orientar o movimento sindical português unitário e independente.

Exactamente para defesa desse espírito ficou aprovado que a Intersindical Nacional proteste contra o aparecimento de uma circular da I.T.F. (Federação Internacional dos Transportes) que faz parte da CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres — convidando os trabalhadores dos transportes a nela se filiarem, contrariamente à posição assumida pela Intersindical junto daquela organização e das outras organizações internacionais em não se filiar em nenhuma delas em virtude de serem de tendência partidária o que viria forçosamente dividir os trabalhadores portugueses quando se pretende um movimento sindical unitário independente de qualquer tendência partidária.

Neste sentido alertam-se todos os trabalhadores para estas manobras que visam unicamente a sua divisão.

Propõe-se também que a Intersindical tome posição junto dessa Organização, fazendo-lhe sentir que não permitirá interferências estranhas à vontade dos trabalhadores portugueses.

No que respeita aos despedimentos, a Intersindical aprovou uma moção, a ser entregue ao Governo Provisório, na pessoa do Primeiro-Ministro, estabelecendo:

a) Que fiquem proibidos todos os despedimentos, quer no sector público quer no sector privado;

b) Não devem ser permiti-

dos os despedimentos individuais e colectivos, cuja alegação invocada seja a incapacidade financeira das empresas sem que seja efectuada uma sindicância à situação financeira das empresas, a ordenar pelo Ministério competente;

c) Todos os trabalhadores até agora despedidos, em tais circunstâncias, devem ser readmitidos;

d) A todos os trabalhadores na situação de desemprego e até que se regularize a sua situação, deverá ser atribuído um subsídio;

e) Estas disposições deverão entrar imediatamente em vigor, até que saia legislação adequada.

Por outro lado, todos os sindicatos deverão enviar às Uniões e à Intersindical relações dos despedimentos que se verifiquem no seu sector, bem como todas as informações com os mesmos relacionadas.

Sobre a regulamentação do direito à greve e especialmente: relacionado com as palavras que o ex-primeiro-ministro Palma Carlos sobre a mesma pronunciou, a Intersindical, considerando-as um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores, considera fundamental fazer as seguintes declarações:

«1.º — Os trabalhadores nunca, antes ou depois do 25 de Abril, precisaram que alguém «pactuasse» com as justas lutas que travam na defesa dos seus mais elementares direitos, e no decurso das quais o recurso à greve surge como último meio de negociação perante a recusa dos capitalistas às justas reivindicações apresentadas. Pelo contrário, a condição fundamental para o êxito da luta dos trabalhadores é não pactuarem,

2.º — A regulamentação do direito inegável que é o uso da greve interessa, sobretudo, aos trabalhadores. Ninguém mais do que os seus organismos representativos têm chamado pela publicação da legislação adequada sobre as gre-

ves, despedimentos, contratação colectiva, etc., e se os diplomas em causa não foram ainda promulgados, a responsabilidade de nenhum modo lhes cabe.

3.º — Afirmar que a greve está neste momento proibida é pretender desconhecer todo o processo histórico das grandiosas conquistas dos trabalhadores: os direitos dos trabalhadores nunca lhes foram concedidos ou doados por meio do decreto, mas sim conquistados pelos trabalhadores e reconhecidos pelos governos. Portanto.

4.º — Afirmar que a greve está neste momento proibida é afrontar a letra e o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, que representa um reconhecimento inegável das conquistas feitas pelos trabalhadores durante a odiosa repressão do regime fascista.

5.º — Afirmar que a greve está neste momento proibida é pretender deixar os trabalhadores totalmente desarmados perante a ofensiva que o patronato está a lançar, tentando impedir a construção do edifício democrático, tentando semear a confusão, e procurando aumentar o caos económico herdado do fascismo, de que os trabalhadores, não sendo culpados, são as principais vítimas.

Os trabalhadores não esquecer que a vitória *dependerá da forma como combaterem todas as manobras do patronato — unidos, organizados e solidários vencerão.*

No que respeita aos problemas relacionados com a Previdência ficou estabelecido que todos os sindicatos devem promover amplos debates sobre tão importante matéria de forma a que contribuam decisivamente para as soluções que se vierem a encontrar.

Quanto à situação da FNAT, a Intersindical recomenda que a comissão encarregada de estudar a situação deste organismo insista junto dos ministérios competentes reclamando a nomeação da Comissão Directiva da FNAT.

Por outro lado, a quotização de 1 por cento sobre as receitas sindicais deve dar entrada nos cofres da Intersindical até ao próximo dia 15 de Agosto.

Com vista à preparação da Conferência Sindical Mundial de Auxílio ao Povo Chileno, que se realizará em Lisboa de 11 a 15 de Setembro, organizada pela Intersindical, ficou aprovado que se constitua uma comissão para esse efeito da qual fará parte um elemento de cada um dos sindicatos filiados na Intersindical. Os sindicatos deverão indicar o respectivo delegado até ao fim do mês em curso.

SÉCULO 17/7/1974

INTERSINDICAL — A fim de estabelecer contactos com a Intersindical Nacional, chega hoje ao nosso País, onde permanecerá até ao dia 29, uma delegação dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã (F. D. G. B.).

17 JUL 1974

Sindicalistas da R.D.A. contactam a Intersindical

Uma delegação da F.D.G.B. (Associação dos Sindicatos Livres da República Democrática Alemã) está de visita ao nosso País desde as primeiras horas da tarde, aqui permanecendo até ao dia 29. Na sua agenda avulta um estreito contacto com a Intersindical.

De Berlim, entretanto, a F.D.G.B. enviou a seguinte mensagem: «Os Sindicatos Livres da República Democrática Alemã (F.D.G.B.) vêm trazer em nome dos seus 7.800.000 membros, à classe trabalhadora portuguesa, os mais solidários cumprimentos, e felicitam-na pela queda da ditadura fascista de Marcelo Caetano, assim como pelos êxitos até agora

obtidos na nova situação democrática do país. Estes acontecimentos, tão cheios de significado na História de Portugal, são o resultado da luta difícil e mártir dos trabalhadores portugueses, patriotas antifascistas e democratas, que sempre contaram com o apoio do Movimento Sindical Mundial.

Nós reafirmamos-lhes a nossa solidariedade na luta pela liquidação do fascismo e do colonialismo, no caminho da democracia livre e do progresso social. Desejamos-lhe também o mais completo êxito na construção dos sindicatos livres e unitários. A vossa acção é condição necessária para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e para a consolidação dos direitos sindicais e da liberdade.

A F.D.G.B. está firmemente

ao vosso lado na luta pela unidade da classe trabalhadora e pela democratização da sociedade portuguesa.»

19 JUL. 1974



Foto Francisco Ferreira

Os componentes da missão alemã: interessados no desenvolvimento dos sindicatos portugueses

Uma delegação da R. D. A. em Lisboa

Esperanças alemãs nos nossos sindicatos

Uma delegação dos sindicatos da República Democrática Alemã está, desde anteontem, em Lisboa, a convite da Intersindical. É constituída por Heinz Bartsch, Eric Geien e Gesa Gallenbeck, respectivamente, presidente da Federação Nacional de Serviços Públicos, chefe de secção da Escola Superior dos Sindicatos Livres e colaboradora, no departamento internacional, do Comité Nacional dos mesmos sindicatos.

Os visitantes passaram a noite em Paris e desembarcaram entre grupo numeroso de passageiros, o que dificultou a sua referenciação por parte dos jornalistas presentes. Com fatos de bom corte e gravatas de tons adequados — eles; com um vestido leve, esverdeado — ela. «Vimos com muito prazer a Portugal e será com grande sa-

tisfação que contactaremos com elementos sindicais» — disse Heinz Bartsch. — «O nosso objectivo é estabelecer boas relações e discutir problemas com vista a uma importante colaboração futura», acrescentou. «Colaboração que pode ser mesmo extraordinária», sublinhou, ainda, Heinz Bartsch.

Depois de ter referido constantes dessa colaboração que agora vai iniciar-se, o chefe da delegação teve ainda palavras para o momento histórico que Portugal está a atravessar, após o 25 de Abril. «Os comentários

na nossa imprensa são outros, agora...» E finalizou manifestando a sua confiança no porvir dos sindicatos portugueses.

A aguardar a delegação encontravam-se, pela Intersindical, Graciete Caldeira (Sindicato dos Ferroviários), Alvaro Rana (Sindicato de Propaganda Médica), Mário Henriques (Sindicato dos Bancários); e pelo Partido Comunista Português, José Vitoriano e Domingos Abrantes, membros do Comité Central).

Os visitantes seguiram, depois, para o Hotel Excelsior, onde ficaram instalados. Gesa Gallenbeck informou-nos já conhecer O SECULO: foi o diário que leu no trajeto Paris-Lisboa. Como domina o francês e o espanhol não lhe foi difícil familiarizar-se com a actualidade portuguesa através do nosso jornal... Inclusive com o tempo:

— Faz calor em Lisboa, não é verdade?

19 JUL. 1974

Prevista a substituição das comissões de trabalhadores por delegados sindicais

«As comissões de trabalhadores nas empresas serão substituídas, a curto prazo, por delegados sindicais» — anunciou, ontem à noite, Caiano Pereira, membro da direcção do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa, durante o decorso de um painel organizado pela A.P.D.C.P., sobre o tema «Perspectivas do sindicalismo em Portugal e seus reflexos na política de pessoal da empresa».

E acrescentou: «E nesse sentido que a Intersindical está a trabalhar. Pelas actuações anárquicas verificadas nesta fase de transição, não se pode julgar do que vai ser o sindicalismo no nosso país. O clima reivindicativo que possibilita tal anarquia está a ser superado, até porque o contexto futuro será outro.»

A mesa foi composta por elementos daquela associação (drs. Anselmo Aníbal e René Cordeiro, este a servir de moderador); por dois empresários (eng. Vasco de Melo e dr. Domingos Megre); e por dois dirigentes sindicais (Caiano Pereira e Fernando Oliveira, que é membro do Sindicato dos Profissionais de Seguros do Distrito do Porto).

Caiano Pereira acrescentou, ainda, que na nova legislação do trabalho, a ser brevemente publicada, o papel dos delegados sindicais será extremamente valorizado. A problemática da formação dos chefes de pes-

soal foi, depois, motivo de amplo debate, tendo-se expandido a tese de que essa formação deve também estender-se aos empresários. O eng. Vasco de Melo teve várias intervenções sobre o assunto.

— Como irão os empresários enfrentar sindicatos fortes?, inquiriu-se em certa altura, citando exemplos do patronato sueco que prefere essa situação à da fragilidade sindical. O eng. Vasco de Melo respondeu fazendo analogia com um jogo de pingue-ponge: «Quando o adversário é fraco, joga-se mal» — dando assim a entender que preferia os sindicatos realmente fortes.

«Acabemos com as ilusões do centrismo do chefe do pessoal» (Caiano Pereira) e «a actual situação constitui, para esses chefes, um monumental desafio», que deve ser, junto dos empresários, «o intérprete válido dos trabalhadores» (eng. Vasco de Melo), constituíram como que o ponto central de uma troca de opiniões entre vários membros da mesa e muitos dos participantes. O delegado sindical do Porto chamou a atenção para «o perigo que representam jovens licenciados que saem das Universidades e vão ocupar postos de chefia de pessoal nas empresas e passam a ser autênticas feras», no que foi contrariado por um dos presentes, que, citando Allende, disse serem básicas as relações entre as pessoas «mas que aquelas nem mesmo nos países socialistas estão normalizadas».

Outro dos presentes opinaria que o chefe do pessoal não deve tomar partido em conflitos; deve, sim, «refugiar-se numa posição técnica». Nas conclusões finais (dr. René Cordeiro) salientou-se que «a função do chefe do pessoal deve constituir mais causa do que efeito de melhores relações no trabalho»; que a formação deve ser vista «através de uma perspectiva humana e técnica, abrangendo todos os extractos sociais»; e que «os chefes são trabalhadores tal como aqueles que não têm funções de chefia».

A SEDES E A INTERSINDICAL

Da Sedes, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, recebemos o seguinte esclarecimento a uma notícia publicada no nosso jornal sob o título «A Sedes critica a Intersindical»:

«As reuniões realizadas na SEDES, quase todas as segundas-feiras, são abertas não só aos seus associados a quem principalmente se destinam, como também a pessoas que nelas queiram participar. As referidas

reuniões destinam-se a uma ampla troca de impressões e debate sem qualquer carácter vinculativo para a Associação.

Como é óbvio não são postas, como nunca foram, condições à expressão do pensamento dos participantes e as opiniões manifestadas não podem ser consideradas como tomadas de posição da SEDES

As posições da SEDES têm sido divulgadas sobretudo através de documentos enviados aliás a todos os meios de comunicação social, em coerência com o programa de acção que visa a construção de um projecto socialista adequado à realidade portuguesa.

Desejávamos finalmente salientar que, na reunião realizada na passada segunda-feira, foram igualmente proferidas opiniões contrárias às afirmações citadas nesse jornal.

20 JUL 1974

TRABALHADORES NO DESEMPREGO

— DENÚNCIA DA INTERSINDICAL

«Depois do 25 de Abril surgiu a afirmação nítida de certos objectivos sociais do desenvolvimento — revisão quanto à orientação social do investimento. Verificou-se ainda como que uma pressão dos próprios consumidores sobre os vendedores; margens que estavam a subir, semana a semana, deixaram de subir e em alguns casos voltaram a preços mais baixos» — declarou o antigo ministro sr. dr. Pereira de Moura no decorrer de um debate para esclarecimento dos problemas económicos do país organizado pelo Sindicato dos Economistas.

O sr. prof. Pereira de Moura, que interveio como moderador, falou da crise do sistema financeiro mundial, do sistema de pagamentos internacionais e da crise do petróleo alargada a outras matérias-primas nos países industrializados da Europa Ocidental. Referiu-se ao comportamento das grandes unidades do poder

económico na fase posterior ao 25 de Abril: o comportamento da banca travando o crédito, o que sugeriu que se falasse até em sabotagem, as médias empresas queixando-se de que a linha de crédito foi subitamente cortada. E afirmou a certa altura: «Embora se esteja a tratar de conjuntura, um problema não podia deixar de estar presente: a contradição do Programa do Movimento das Forças Armadas quando afirma que não se devem fazer reformas de fundo, pois isso equivale a deixar o poder económico intacto».

A propósito do congelamento de preços o sr. prof. Pereira de Moura considerou que para o substituir estava em montagem uma máquina administrativa para controlo dos preços, organização que a queda do primeiro Governo Provisório travou.

De entre as restantes intervenções, salientou-se a do representante da Intersindical, sr. Álvaro Rana, que informou que grandes massas de trabalhadores estão desempregados afectando especialmente os sectores da construção civil, lanifícios, têxteis, confecções e metalurgia. Disse, ainda, que as massas de despedimentos em número elevado verificaram-se principalmente nas regiões do Porto, Braga, Lisboa e Setúbal.

Não aceitar os despedimentos

A violência do patronato reaccionário tem estado bem patente na vaga de despedimentos que, um pouco por todo o país, tem marcado as relações de trabalho. Manobra fascista que visa criar no país o caos económico e facilitar o trabalho das forças da reacção, os despedimentos têm sido analisados, discutidos e denunciados pelas forças democráticas e pelas organizações representativas dos trabalhadores.

Assim, o Movimento Democrático do distrito de Aveiro considerou um atentado aos legítimos direitos da classe trabalhadora a vaga de despedimentos em diversas empresas do distrito, que significam uma intensifi-

cação da exploração dos trabalhadores pelos grandes capitalistas e deu o seu apoio à reivindicação de que seja proibido qualquer despedimento sem justa causa.

A União dos Sindicatos do Porto afirmou por sua vez que a razão alegada para os despedimentos — falta de capacidade financeira — carece de comprovação real e contradiz com os elevados lucros auferidos por essas empresas durante o fascismo.

O Partido Comunista Português denunciou os despedimentos no sector do material eléctrico e electrónico, apelando para a vigilância e unidade dos trabalhadores na luta

contra a repressão do patronato.

O Sindicato dos Caixeiros revelou que estão a ser despedidos cerca de 15 trabalhadores de balcão por dia. Os Sindicatos de Metalúrgicos, Electricistas e empregados de Escritório também denunciaram o propósito de despedimentos em massa e encerramento de fábricas por parte das empresas multinacionais.

Em diversos sectores e empresas, a unidade combativa dos trabalhadores tem impedido esta manobra fascista do patronato. Como afirmou o P.C.P., «a tais provocações há que opor a determinação, a firmeza e a unidade dos trabalhadores e não aceitar os despedimentos».

O que é a Intersindical?

A Intersindical é constituída pela reunião de todos os sindicatos aderentes destinada a congregar esforços para uma defesa comum dos interesses dos trabalhadores.

Foi em 1970 que vários sindicatos começaram a reunir com a finalidade de estudar e definir uma estratégia sindical unitária com vista ao desenvolvimento da consciencialização dos trabalhadores sobre os seus problemas de classe.

A Intersindical não foi reconhecida pelo fascismo, mas a sua acção fez-se sentir de tal maneira que o governo veio a considerá-la ilegal em 1971, pouco antes do encerramento dos sindicatos dos bancários.

Voltando a reunir em meados de 1972 e contando com cerca de 30 sindicatos aderentes, desenvolveu nos anos de 1973 e 74 grande número de acções conjuntas, reclamando do

governo leis que protegessem efectivamente o trabalho, ao mesmo tempo que denunciava o corporativismo como instrumento repressivo do patronato, explorador dos trabalhadores portugueses. Das lutas levadas a efeito pela Intersindical — bem conhecidas dos bancários — destacam-se: a exigência de legislação sobre Delegados Sindicais; intervenção no Congresso da Previdência; denúncia dos despedimentos abusivos e de elementos activos da classe trabalhadora; contra o aumento do custo de vida e pelo aumento de salários; solidariedade com os movimentos grevistas; pelo estabelecimento dum salário mínimo nacional; desmascaramento dos tribunais arbitrais, etc.

Actualmente a Intersindical conta com a adesão de mais de 170 sindicatos abrangendo cerca de um milhão e meio de trabalhadores.

Estes sindicatos criaram já duas Uniões; a União dos Sindicatos do Sul e União dos Sindicatos do Porto, encontrando-se outras em organização em Aveiro, Braga e Coimbra.

O secretariado da Intersindical funciona na Rua Vitor Cordon, 1 em Lisboa.

Para além duma estreita colaboração com o Ministério do Trabalho e outros organismos governamentais e a ajuda prestada aos núcleos sindicais em organização, destacamos algumas acções levadas a cabo pela Intersindical, depois do 25 de Abril:

1 — Elaboração dum documento onde são previstas as bases da «Reestruturação e Organização Sindical».

2 — Designação de 3 representantes dos trabalhadores, que inicialmente teriam como função fiscalizar e sanear os Serviços do Ministério do Trabalho e uma fase posterior a de representarem os trabalhadores junto do Delegado da JSN naquele ministério.

3 — Organização das manifestações do 1.º de Maio.

4 — Controlar a gestão das Caixas de Previdência constituindo um grupo coordenador nesta actividade, formado por 9 representantes sindicais. O Grupo decidirá e coordenará a estratégia geral e específica em cada Caixa.

5 — Criação de duas comissões para estudar a reestruturação e legislação sindical.

Estas comissões terão as seguintes funções:

1.ª Comissão — Estudar, dentro dos princípios definidos no documento sobre Reestruturação e Organização Sindical e com o conhecimento das estruturas sindicais doutros países:

a) — As possíveis formas de organização sindical.

b) — A integração sindical de trabalhadores ainda não abrangidos por sindicatos.

c) — A constituição de novos Sindicatos.

Integram esta comissão elementos dos seguintes Sindicatos: Propaganda Médica; Escritórios de Lisboa; Lanifícios da Marinha Grande; Economistas de Lisboa; Gráficos de Lisboa; Electricistas de Lisboa; Bancários do Porto; Técnicos de Desenho do Porto e Sapateiros do Porto.

2.ª Comissão — Procederá desde já ao estudo do projecto de nova legislação sindical e do trabalho, tendo por base as Convenções 87.ª, 98.ª e outras da O.I.T. e outros documentos que se venham a considerar importantes e necessários como base de trabalho.

Integram esta comissão elementos dos seguintes Sindicatos: Seguros de Lisboa; Médicos de Lisboa; Bancários de Lisboa; Químicos de Lisboa; Metalúrgicos de Lisboa; Caixeiros de Lisboa; Bancários do Porto; Viajantes do Porto e Químicos do Porto.

Para desenvolver outras tarefas relacionadas com o mundo do trabalho foram criadas ainda, as seguintes comissões: Comissão de Previdência; Comissão de F.N.A.T.; Comissão de Fundos; Comissão de Informação. Os sindicatos designaram também elementos para participarem nas Comissões Ministeriais de Legislação e de Previdência.

O ALMONDA - 20/7/1974

Intersindical Concelhia do Concelho de T. Novas

20/7/74

A hora do fecho do nosso Jornal, está-se a realizar no Cine-Teatro Virgínia, uma Reunião Geral de Trabalhadores, promovida pela Intersindical Concelhia de Torres Novas.

Serão debatidos problemas de Sindicalismo, Situação dos Trabalhadores e sua Participação. Estará presente o sindicalista Canais Rocha, como também elementos de outros Sindicatos do Distrito.

O Almonda

20 JUL 1974

PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL DA INTERSINDICAL NACIONAL

Reuniu no dia 13 do corrente em primeira sessão a Assembleia Geral da Intersindical Nacional com a presença de numerosos sindicatos de todo o país.

Como se sabe, esta organização é uma assembleia de sindicatos cujas direcções ou comissões directivas provisórias foram eleitas livre e democraticamente (...), num conjunto, hoje, de 200 sindicatos que englobam dois terços dos trabalhadores sindicalizados, isto é, 1 500 000.

A Intersindical define-se como um movimento sindical unitário e independente. Unitário porque — como afirmaram recentemente elementos do seu secretariado — «agrupa os trabalhadores à volta daquilo que os une — a exploração patronal — e nele estão dirigentes de várias tendências políticas. Independente por não se vincular à linha de orientação de qualquer partido político.

«Esta independência, que não significa apoliticismo, permite-lhe ter as melhores relações com todas as organizações antifascistas e democráticas e com o próprio Governo Provisório, o que não impede uma atitude crítica, tendo sempre em vista os interesses dos trabalhadores».

PRINCÍPIOS DA ACTUAÇÃO DA INTERSINDICAL

Na referida Assembleia Geral foram definidos os princípios gerais de actuação da Intersindical.

Assim, quanto ao papel da Intersindical nos conflitos de trabalho, decidiram os Sindicatos que a intervenção das organizações sindicais nos processos resultantes de conflitos nas relações de trabalho, deverá ser feita pela seguinte ordem:

- Comissões de Delegados Sindicais;
- Sindicatos;
- União de Sindicatos e
- Intersindical.

A intervenção destas organizações será feita sempre e inequivocamente, ao lado dos trabalhadores, apoiando e orientando a sua luta, pela ordem acima descrita, sempre que solicitada pelos trabalhadores.

Não poderão as organizações sindicais intervir por forma a que a sua actuação possa ser tomada como uma «arbitragem».

Não se atenderam quaisquer pedidos de intervenção, provenientes de organismos governamentais, entidades patronais e/ou suas organizações.

A INTERSINDICAL E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Sobre a intervenção de Delegados da Intersindical em comícios e outras actividades dos Partidos Políticos, acordaram os Sindicatos o seguinte:

Todos os trabalhadores como cidadãos têm a obrigação de participarem na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe. Os Delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias por pôrem em risco a unidade do movimento sindical.

Foi de novo realçado que um dos grandes objectivos imediatos da Inter-

sindical é a constituição de um movimento sindical UNITÁRIO E INDEPENDENTE. Essa unidade só se obtém, se for assente na utilização de processos democráticos e se na prática existirem linhas de acção comum.

REPÚDIO DOS DESPEDIMENTOS

Analizando o momentoso e grave problema dos despedimentos, foi aprovada uma moção em que se analisa o uso de tal violência pelo patronato, se repudiam todos os despedimentos, não devendo estes serem permitidos a nível individual ou colectivos, se exige a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa, se exige a atribuição dum subsídio aos despedidos até sua reintegração e a promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas tendentes a pôr fim aos despedimentos.

REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

Foi discutido e aprovado um projecto de reestruturação sindical apresentado por uma comissão que para tal havia sido anteriormente nomeada. A perspectiva aprovada é dum modo geral a de Sindicatos por sectores de actividade económica, formação de União Regionais que agruparão os Sindicatos para a resolução de problemas comuns, de Federações agrupando sectores de actividade afins, e constituindo todo este conjunto a Intersindical.

Subjacente a este novo esquema está a ideia de que uma nova estruturação sindical deve tender a uma acção comum e unitária de todos os trabalhadores.

Porém, a solução agora encontrada não pode deixar de realisticamente ter em conta a situação actual.

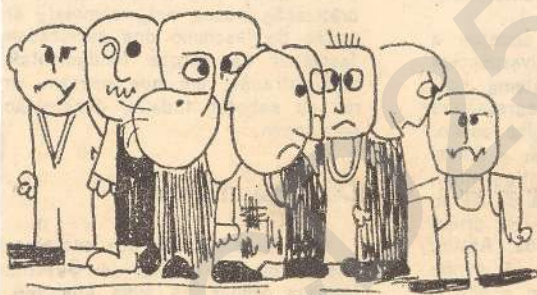
Analisado e discutido o papel da Intersindical perante os trabalhadores agrícolas, pescadores e função pública, foi aprovada uma proposta para que este Organismo apoie todas as iniciativas, para que seja solicitado pelos respectivos trabalhadores, tendentes à constituição de Sindicatos representativos; esse apoio deverá ser coordenado por um Grupo de Trabalho constituído por elementos do Secretariado da Intersindical.

POSIÇÃO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO FACE AO EX-MINISTRO PALMA CARLOS

O ex-primeiro ministro Palma Carlos pronunciou em 10 do corrente, perante as câmaras da R. T. P., para o Telejornal, as seguintes palavras:

«Não pactuo. Não pactuo mesmo. O direito à greve não está regulamen-

neste momento proibida é pretender desconhecer todo o processo histórico das grandiosas conquistas dos trabalhadores: os direitos dos trabalhadores nunca lhes foram concedidos ou doados por meio de decreto, mas sim conquistados pelos trabalhadores



tado. A greve está proibida neste momento. Defendo o direito à greve, mas quando estiver regulamentada».

Não pode o Secretariado Permanente da U. S. P. deixar passar em claro o que considera um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores, pelo que tem a fazer as seguintes considerações:

1.º — Os trabalhadores nunca, antes ou depois do 25 de Abril, precisaram que alguém «pactuassem» com as justas lutas que travam na defesa dos seus mais elementares direitos, e no decurso das quais o recurso à greve surge como último meio de negociação perante a recusa dos capitalistas às justas reivindicações apresentadas. Pelo contrário, a condição fundamental para o êxito da luta dos trabalhadores é não pactuarem.

2.º — A regulamentação do direito inegável que é o uso da greve interessa, sobretudo, aos trabalhadores. Ninguém mais do que os seus organismos têm clamado pela publicação de legislação adequada sobre greves, despedimentos, contratação colectiva, etc., e se os diplomas em causa não foram ainda promulgados, a responsabilidade de nenhum modo lhes cabe.

3.º — Afirmar que a greve está

e reconhecidos pelos governos. Portanto,

4.º — Afirmar que a greve está neste momento proibida é afrontar a letra e o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, que representa um reconhecimento inegável das conquistas feitas pelos trabalhadores durante a odiosa opressão do regime fascista.

5.º — Afirmar que a greve está neste momento proibida é pretender deixar os trabalhadores totalmente desarmados perante a ofensiva que o patronato está a lançar, tentando impedir a construção do edifício democrático, tentando semear a confusão, e procurando aumentar o caos económico herdado do fascismo, de que os trabalhadores, não sendo culpados, são as principais vítimas.

Os trabalhadores não esquecem que a vitória dependerá da forma como combaterem todas as manobras do patronato, e unidos, organizados e solidários vencerão.

Porto, 11 de Julho de 1974.

(A este comunicado aderiu também a União dos Sindicatos de Aveiro, única com quem foi estabelecido contacto s/ este assunto).

Intersindical Nacional

Um projecto de reestruturação sindical que prevê a organização de sindicatos por sectores de actividade económica a formação de Uniões Regionais que agruparão os Sindicatos para a resolução de problemas mais comuns e de Federação que agrupem sectores de actividades afins, constituindo todo este conjunto a Intersindical, foi aprovado pela Assembleia-Geral da Intersindical, cuja primeira sessão decorreu na semana passada.

Segundo a nota informativa do Gabinete de Imprensa da Intersindical Nacional, esta solução teve necessariamente em conta a realidade da situação actual, permanecendo no entanto, subjacente, a ideia de que uma nova estruturação sindical deve tender para uma acção comum e unitária de todos os trabalhadores.

A Assembleia deliberou também que a intervenção das organizações sindicais nos processos resultantes de conflitos nas relações de trabalho, seria feita pela seguinte ordem: Comissões de Delegados Sindicais; Sindicatos; Uniões de Sindicatos e Intersindical. A intervenção destas organizações será feita ao lado dos trabalhadores, sempre que solicitada, por estes, não se atendendo pedidos de intervenção provenientes de organismos governamentais, entidades patronais e, ou, suas organizações.

Relativamente aos despedimentos em massa que se têm verificado, foi aprovada uma moção de repúdio de todos os despedimentos, exigindo-se a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa, bem como a atribuição de um subsídio aos despedidos até à sua reintegração, e a promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas tendentes a pôr fim aos despedimentos.

Os sindicatos presentes, das Uniões de Lisboa, Coimbra e Braga, deram o seu apoio ao Comunicado da União dos Sindicatos do Porto, de repúdio às afirmações do ex-ministro Palma Carlos, de que a «greve está proibida neste momento», por as considerarem «um insulto frontal aos direitos dos trabalhadores».

Foi decidido que o Plenário da Intersindical reuniria nos próximos dias 27 e 28, para se ocupar exclusivamente do trabalho desenvolvido pela Comissão da Previdência.

Foi também determinado que cada sindicato contribuirá com a percentagem de 1 por cento das suas receitas para a Intersindical.

Antes de terminar, o Plenário decidiu constituir uma comissão para

preparar a Conferência Sindical Mundial de Auxílio ao Povo Chileno, que se realizará em Lisboa, de 11 a 15 de Setembro próximo e para cuja organização foi convidada a Intersindical Portuguesa.

25A

A INTERSINDICAL

EXIGE

D. Popular

20/7/74

A READMISSÃO

DE TODOS OS DESPEDIDOS

SEM JUSTA CAUSA

A Intersindical Nacional, que agrupa 190 sindicatos que abrangem um milhão e meio de trabalhadores portugueses, divulgou alguns princípios gerais que definem a sua acção, decidindo, em assembleia geral, que a intervenção das organizações sindicais nos processos resultantes de conflitos nas relações de trabalho deverá ser feita pela seguinte ordem: comissões de delegados sindicais, sindicatos, uniões de sindicatos e, finalmente, a Intersindical.

Outras decisões tomadas na mesma reunião:

● As organizações sindicais não poderão intervir por forma a que a sua actuação possa ser tomada como uma arbitragem.

● Não serão atendidos quaisquer pedidos de intervenção, provenientes de organismos governamentais, entidades patronais e/ou suas organizações.

● Os delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias, por serem em risco a unidade do movimento sindical.

Quanto ao problema dos despedimentos, foi aprovada uma moção em que os mesmos são repudiados, exigindo-se «a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa» e «a atribuição de um subsídio aos despedidos até sua reintegração e a promulgação de legislação e medidas governamentais imediatas, tendentes a pôr fim aos despedimentos».

A discussão sobre um ponto da ordem de trabalho referente a fundos teve como decisão, por parte do plenário, a aprovação de uma proposta que determina a percentagem de 1% das receitas de cada sindicato para a Intersindical.

1º Janeiro - 22/7/1974

PLENÁRIO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

No Sindicato de Seguros do Porto está previsto realizar-se, amanhã, pelas 21h30, um plenário de todos os Sindicatos aderentes à União dos Sindicatos do Porto para debate da seguinte agenda: Conclusões e recomendações do Plenário Internacional de 13 e 14 de Julho de 1974; discussão prévia do ponto «Previdência», que constitui a Ordem de Trabalhos do próximo Plenário da Inter-sindical em 27-7-474; relações com a USP: proposta de desconto de 2% sobre as receitas dos sindicatos; questões de Ordem geral.

24 JUL. 1974

FOI CRIADO O CENTRO DE ESTUDOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS SINDICATOS

Foi criado o Centro de Estudos para a Constituição de Novos Sindicatos (CECNS) — anuncia o primeiro comunicado desta nova organização, que baseia a sua fundação, nomeadamente, no facto de «da pulverização dos sindicatos existentes, oriundos do fascismo, resultar

uma maior dispersão e enfraquecimento da luta dos trabalhadores».

No seu primeiro documento público, o CECNS propõe:

A—Que se lute pela democracia das estruturas sindicais e pela unidade das massas trabalhadoras.

B—Que se proceda, por

outro lado, à formação de militantes esclarecidos sindicalmente sobre a linha de rumo a seguir.

C—Que se promovam reuniões de trabalhadores tendentes a auscultar a sua opinião e a esclarecê-los das vantagens dos sindicatos por actividade.

D—Que nos sindicatos existentes se promovam também reuniões deste tipo e se desenvolva uma acção de esclarecimento individual e colectivo no mesmo sentido.

E—Que, como consequência destas tarefas primordiais, se criem núcleos de adesão (nas fábricas, nas regiões, etc).

F—Que se constituam, eleitas democraticamente, comissões instaladoras dos sindicatos a criar.

G—Que os objectivos apontados tendam a criar sindicatos de luta contra o sistema capitalista, em ligação com os partidos políticos que defendem os interesses das classes trabalhadoras, mas com distinção de tarefas e responsabilidades.

Quer dizer que esses sindicatos não podem apenas promover o desenvolvimento das condições dos trabalhadores e sua integração no sistema capitalista, mas, e fundamentalmente, a luta contra esse sistema.

24 JUL 1974

Sindicalistas da Alemanha Oriental comentam 25 de Abril

«TAMBÉM nós, durante muitos anos, fomos vítimas de um fascismo, talvez com muito de idêntico ao vosso. Travámos luta semelhante mas tal como nós vencemos, liquidando o sistema capitalista, estamos certos de que também agora vós, cumprindo o Programa das vossas Forças Armadas, ireis triunfar», afirmou a noite passada, no Porto, no decorrer de um encontro com os órgãos de Informação, Hein Bartach, dirigente da Federação dos Sindicatos Livres da República Democrática da Alemanha que, integrado numa delegação do seu país, se encontra há alguns dias em visita a Portugal, a convite da Intersindical. Da referida delegação fazem ainda parte Erieh Gair e Gona Gallanheck.

O encontro com os representantes dos órgãos da Informação decorreu na presença de um dirigente da União dos Sindicatos do Norte. Depois de ter manifestado o seu contentamento, expressando satisfação, por finalmente se encontrar num «Portugal livre que teve coragem para expulsar

o fascismo» e de ter referido que para a consolidação de uma verdadeira democracia se torna indispensável a existência de «fortes sindicatos, pois nós, neste momento representamos cerca de oito milhões de filiados», acentuou:

— Só agora a nossa visita a Portugal se pôde processar, pois até há pouco o regime fascista não permitia a vinda de sindicalistas de países democráticos.

Não temos necessidade de fazer greves

UM curto período de perguntas e respostas se sucedeu, tendo Hein Bartach respondido, abertamente às questões postas. Quanto interrogado sobre os motivos desta deslocação, res-

pondeu que foi para ao vivo se aperceberem da actividade sindical, não só a nível de dirigentes como de trabalhadores. «A este respeito, a nossa impressão é altamente favorável e devemos afirmar que o vosso País dispõe de sindicalistas de alta craveira, com um trabalho que só é possível, pela acção que desenvolveram ao longo do período fascista, apesar de todas as repressões das vossas polícias.

Seguidamente, instado, com outra pergunta, adiantou:

—A greve é um valor da maior importância de que o operário deve dispor, em regime capitalista. Para isso são necessários sindicatos fortes, que é o que preconizo para o vosso país. Eram precisamente esses sindicatos que Marcelo Caetano não pretendia, desejando antes pequenas instituições que ele conseguisse manobrar e comandar.

PRIMEIRO JANEIRO

6-B

24 JUL. 1974

Porto

★ **MOÇÃO DA UNIÃO
DOS SINDICATOS
DO PORTO**

Os Sindicatos dos Caixeiros, Escritórios, Técnicos de Desenho, Lanifícios, Cerâmicos, Bancários, Tapeteiros e Cordoeiros, Alfaiates e Costura, Administração e Revisores de Imprensa, Ferroviários do Norte, Conserveiros, Engenheiros, Mineiros de Lousa, Massas e Moagens, Músicos, Viajantes, Seguros, Ourives, Têxteis, Tele-

24 JUL 1974

CENTRO DE ESTUDOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS SINDICATOS

Está em formação um centro de estudos para a constituição de novos sindicatos (CECNS) que se propõe colaborar na criação de «sindicatos de luta contra o sistema capitalista, em ligação com os partidos políticos que defendem os interesses das classes trabalhadoras, mas com distinção de tarefas e responsabilidades» e promover «a luta unitária de todos os trabalhadores».

Para alcançar esta meta, o CECNS, que defende a organização dos sindicatos por ramos de actividades, propõe, entre outras medidas, que se lute pela democracia das estruturas sindicais», que «se proceda (...) à formação de militantes esclarecidos sindicalmente sobre a linha de rumo a seguir», que se promovam reuniões de trabalhadores nos

sindicatos existentes e núcleos de adesão nas fábricas e regiões e que se constituam comissões instaladoras democraticamente eleitas dos sindicatos a criar.

O CECNS funciona provisoriamente na Avenida da República, 36, lado A-3. esq., com os telefones 764335 e 771245.

A sua comissão organizadora é constituída por Aline Avelar de Aguiar, do Sindicato da Indústria Farmacêutica (em formação); Edgar Vilas-Boas Velloso Lei, do Sindicato dos Empregados de Escritório, sector dos Vinhos; Joaquim Pagarete Ferreira Caracol, do Sindicato dos Motoristas; e Pelágio Matos de Madureira, do Sindicato dos Profissionais de Escritório, sector da indústria de petróleo.

24 JUL. 1974

U. S. P. prepara intervenção na Intersindical

TRINTA E SEIS SINDICATOS

apoiam manifestação de amanhã

A presença de dois elementos sindicalistas da R. D. A. (República Democrática Alemã) dominou, em termos de emoção, a ampla assembleia que decorreu, ontem à noite, na sede do Sindicato dos Profissionais de Seguros e que reuniu representantes de 36 sindicatos promovida pela União dos Sindicatos do Porto com o objectivo de debater o estreitamento de relações entre os sindicatos aderentes à U. S. P. e, particularmente, a questão «Previdência».

Presidiu à reunião todo o secretariado, de que era porta-voz o sr. José António Sequeira Nunes (Seguros). Após terem sido admitidos mais dois sindicatos à U. S. P., o sr. João Fonseca (Bancários) informou a assembleia que se encontravam presentes os sindicalistas alemães (R. D. A.). Estes deram entrada na sala, sendo saudados calorosamente pelos sindicalistas portugueses. Então, o sr. Heinz Barch proferiu algumas palavras, salientando que «não vinham dar conselhos» mas sim aproveitar a oportunidade para estreitar os laços de franca amizade com os camaradas portugueses. Venceu a sua satisfação

peio reconhecimento do esforço desenvolvido pelos dirigentes sindicais durante o período fascista e manifestou o desejo de os ver, este ano, no grande congresso mundial da «Intersindical».

No prosseguimento da ordem de trabalhos, a assembleia aprovou uma moção-proposta para que todos os sindicatos estejam representados na grande manifestação organizada pelo P. S., P. C. P. e M. D. P. de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo, para que seja um ponto de partida na libertação total do país do jugo fascista, do domínio do grande capital internacional e na resolução dos mais importantes problemas: consolidação das liberdades (liberdade sindical e direito à greve); problema colonial (reconhecimento da independência e autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné); melhoria de condições de vida da população; e prosseguimento do saneamento. Depois entrou-se num amplo debate sobre as questões da ordem de trabalhos, programando a próxima intervenção no plenário da «Intersindical».

25 JUL. 1974

É urgente pôr fim aos despedimentos

— declara União dos Sindicatos do Sul

A urgente publicação de legislação sindical que institucionalize as conquistas já alcançadas pelas massas trabalhadoras, nomeadamente o direito à greve e a tomada de medidas energéticas tendentes a pôr fim aos despedimentos, são dois dos principais pontos focados num comunicado da União dos Sindicatos do Sul, agora distribuído.

Neste comunicado, o secretário daquele organismo, depois de analisar o actual momento político e as suas implicações na situação dos trabalhadores, considera como objectivos fundamentais para o progresso da luta sindical a consolidação e o aprofundamento das liberdades democráticas e o esforço da sua unidade em estreita aliança com todas as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas.

Prosseguindo na sua análise da situação, a U. S. S. denuncia como reaccionário o boicote económico desencadeado pelo capital financeiro que visa criar o caos económico e assim promover um processo contra-revolucionário tendente ao reaparecimento do fascismo e exige, portanto, medidas governamentais que promovam rapidamente «uma política económica posta ao serviço do povo português, em par-

ticular das camadas da população até agora mais desfavorecidas». Igualmente considera indispensável «o rápido reconhecimento da independência dos povos das colónias».

Sindicato despe- de sem justa causa

O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa comunicou à respectiva assistente social Maria Carlota Calhau, que ali trabalhava há 14 anos e 11 meses, que a mesma fora despedida sem justa causa. Aquela trabalhadora foi paga uma indemnização correspondente ao período de trabalho exercido, que duplicaria se o despedimento se desse um mês depois.

Por estas razões e até porque o Sindicato dos Profissionais de Serviço Social sempre se tem batido, juntamente com o referido Sindicato dos Metalúrgicos e outros, contra os despedimentos sem justa causa, o primeiro daqueles organismos decidiu nomear uma comissão de representantes para debaterem o assunto com os seus camaradas do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, além de manifestar o seu vivo repúdio pela atitude. Toda a diligências efectuadas não

surtiram quaisquer efeitos pela negativa dos dirigentes dos metalúrgicos em dialogar, segundo se infere do comunicado do Sindicato dos Profissionais de Serviço Social, antontem distribuído.

Trabalhadores de hotelaria pe- la simplificação de categorias

Todo um programa que vai da consolidação das liberdades democráticas até à interferência dos sindicatos na elaboração de uma política social, passando pela reestruturação interna do próprio sindicato e outras reivindicações, é apresentado pela lista A de candidatura aos corpos directivos do Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira do Distrito de Lisboa.

De entre as medidas destinadas à reestruturação do sindicato, destacam-se as que se referem à máxima simplificação possível das categorias profissionais; à revisão do sistema de exames no sentido de introdução de métodos actualizados na apre-

ciação da capacidade técnica e de produção dos trabalhadores; e ainda à dinamização do ensino de línguas já existente no sindicato e criar outras actividades culturais.

De entre as diversas reivindicações destacam-se as seguintes: semana de 44 horas para todos os trabalhadores; salário mínimo de acordo com as necessidades dos trabalhadores e aumentos automáticos equivalentes à subida do custo de vida; aumento da taxa de serviço para 15 por cento, encarando-se a hipótese da sua abolição; e substituição por um salário justo após adequado estudo económico e esclarecimento dos trabalhadores; revisão dos contratos colectivos de trabalho e fusão dos mesmos num único que abranja todos os trabalhadores da indústria.

Finalmente, quanto à política social, os candidatos da lista A propõem a reforma aos 55 anos ou depois de 35 de trabalho; subsídios e facilidades de horários para o trabalhador estudante; abolição do imposto profissional e fundo de desemprego impostos aos trabalhadores pelo

regime fascista e que nunca subsidiaram os interesses dos trabalhadores e antes serviram para manter a guerra colonial; seguro social para desemprego não voluntário.

Compõem aquela lista José Bernardino Carrilho da Costa, empregado de mesa de restaurante; e Amadeu Azevedo Esteves Caronho, empregado de mesa de «dancing», encabeçando, respectivamente, a mesa da assembleia geral e a direcção.

Recomeço de negociações

Prosseguem hoje e amanhã, no Ministério do Trabalho, as negociações entre o Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa e o Grémio de Importadores de Material Electrónico, terminando, assim, o impasse provocado pelo referido grémio que não comparecera à reunião marcada para o passado dia 4 do corrente para negociar o contrato colectivo de trabalho. O processo arrasta-se desde 1969.

25 JUL. 1974

SINDICALISTAS DA R. D. A. NO PORTO

PORTO — A presença de dois sindicalistas da República Democrática Alemã no Plenário da União dos Sindicatos do Porto realizada ontem à noite nesta cidade foi particularmente aplaudida. A ordem de trabalhos incidu no estreitamento de relações entre os sindicatos aderentes à U.S.P. e especialmente sobre a questão da Previdência.

A delegação sindicalista alemã, de que fazem parte Erich Geier, Heinrich Barpsch e Gesh Gallenbeck, convidada pela Intersindical, declarou ser sua especial missão conhecer a vida e situação actual dos trabalhadores portugueses de fábricas e de todo o operariado. Por outro lado, está nos seus planos ajudar os portugueses a estabelecer a democracia, criar sindicatos fortes e eliminar as separações que não conduzirão a um sindicato único.

Os dirigentes sindicais aprovaram também a participação dos 36 sindicatos na manifestação de amanhã à tarde na Praça do Município organizada pelo P.S., P.C. e M.D.P.

25 JUL 1974

ANÁLISE DO MOMENTO POLÍTICO PELA UNIÃO DE SINDICATOS DO SUL

Conforme um comunicado recebido ontem, o secretariado da União dos Sindicatos do Sul, após análise do actual momento político e das suas implicações na situação dos trabalhadores considera:

«Como objectivos fundamentais para o progresso da luta sindical a consolidação e o esforço da sua unidade em estreita aliança com todas as for-

ças democráticas e o Movimento das Forças Armadas; necessário denunciar e combater todas as manobras tendentes a quebrar a unidade do movimento sindical através de uma constante vigilância; necessário um urgente saneamento dos elementos fascistas ainda a ocupar cargos de responsabilidade na vida política, económica e administrativa do país; urgente a publicação de legislação sindical que institucionalize as conquistas já alcançadas pelas massas trabalhadoras, nomeadamente o direito à greve; urgente que se tomem medidas enérgicas tendentes a pôr fim aos despedimentos; reaccionário o boicote económico desencadeado pelo capital financeiro que visa criar o caos económico e assim promover um processo contra-revolucionário tendente ao reaparecimento do fascismo, exti-

gindo, pois, medidas governamentais que promovam rapidamente «uma política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas»; indispensável o rápido reconhecimento à independência dos povos das colónias, pois os trabalhadores portugueses nunca serão livres enquanto o não forem os povos das colónias; fundamental que se avance firme e inequivocamente no cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas, contra os despedimentos, pelo saneamento, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela unidade sindical e pelo fim da guerra colonial».

25 JUL. 1974

SINDICALISTAS DA ALEMANHA DEMOCRÁTICA APONTAM A DEFESA DO PROGRAMA DO M.F.A.

O secretariado da União dos Sindicatos do Porto promoveu um encontro de jornalistas com dois sindicalistas da República Democrática Alemã que se deslocaram a Portugal para um estreito contacto com os seus camaradas da «Intersindical». Através de uma intérprete, os jornalistas fizeram algumas perguntas de carácter sumário, não abordando questões muito específicas. No entanto, apesar disso, apurámos que os srs. Heinz Bartsch e Erich Geier, se encontram apenas como observadores desta situação que actualmente se vive em Portugal, idêntica àquela que eles próprios viveram em 1945, de forma bem mais violenta. Sobre o trabalho concreto a emprender no âmbito sindical, aqueles dois comunistas afirmaram que há urgência no fortalecimento dos sindicatos através de federações e confederações que englobem a classe operária. Sustentaram com evidente satisfação o muito que a classe trabalhadora já conseguiu nestes três meses de actividade sindical livre e advertiram o perigo das manobras divisionistas no seio sindical.

Manifestaram que na R.D.A., os sindicatos através da grande confederação livre, constituem um importante poder político em todo o contexto da sociedade socialista que segue, como todos sabemos, as linhas preconizadas pelo marxismo-leninismo segundo a óptica soviética.

Apontaram ainda que o Programa Político do M. F. A. deve ser, porque interpreta bem os princípios que conduzem à Democracia, salvaguardado e defendido intransigentemente pelos trabalhadores. Sobre a greve e a maneira como ela deve ser regulamentada, o sr. Heinz Bartsch declarou que pouco poderia adiantar já que a greve não existe na R. D. A., visto que não teria razão de ser entre os detentores dos meios de produção. Por tal, a greve insere-se nos regimes capitalis-

tas. Nada, porém, foi adiantado senão que essa atitude dos trabalhadores deve ser recurso último nas negociações que visem alcançar a concretização de reivindicações justas. Quando o diálogo entrou propriamente nos caminhos que mais interessavam, um dos dirigentes da U. S. P. informou os seus camaradas alemães que a «conferência de Imprensa» terminara... Isso motivou logo que os jornalistas manifestassem a sua contrariedade por tal facto, dado que só então o diálogo se apresentava como importante. Nada demoveu os dirigentes do U. S. P., porque estavam mais interessados em apresentar os camaradas à assembleia que decorria na sala contígua...

Actividade Sindical

REUNIÃO GERAL DE TRABALHADORES NO TEATRO VIRGÍNIA

Teve lugar na sexta-feira passada, no Cine-Teatro Virgínia, uma reunião geral de trabalhadores, promovida pela INTERSINDICAL CONCE-LHIA. A mesa foi constituída pelos sindicalistas Paixão, pelos Caixeiros e Empregados de Escritório; Canais Rocha, pelos Gráficos; José Ferreira, pelos Metalúrgicos; Maria Amélia, pelo Serviço Social; Augusto das Neves, pelos Bancários; Vítor, pelo Sindicato dos Emp de Escritório e Caixeiros do Distrito de Santarém.

A Intersindical Nacional enviou um elemento do seu Secretariado, o torrejano Francisco Canais Rocha.

Perto de 600 trabalhadores participaram na sessão, que apresentou uma agenda de pontos a discutir, e que por ordem foram abordados:

No capítulo das informações, a assistente social Maria Amélia leu algumas notícias relacionadas com contratos e assuntos gerais; por sua vez o bancário Augusto das Neves leu uma breve resenha sobre «Sindicalismo em Torres Novas», focando os aspectos mais salientes da actividade sindical antes e depois do 25 de Abril, terminando a sua intervenção falando das novas perspectivas que hoje se abrem aos dirigentes sindicais; o sindicalista Paixão abordou um tema curioso, «Sindicatos Livres», baseando a sua tese no relatório que acaba de ser elaborado pela Intersindical Nacional, de como devem funcionar os sindicatos no futuro, no que diz respeito à sua estruturação, agrupamento e divisão por sectores; falou ainda da conveniência que os trabalhadores têm de criarem sindicatos Verticais, explicou o que eram esses sindicatos, finalizando a sua participação com uma chamada a todos os trabalhadores, afirmando que os Sindicatos não são as quatro paredes da Sede, mas sim, toda a massa associativa, e é através dela que o mesmo deverá desenvolver a sua actividade própria.

O Presidente do Sindicato dos E. de Escritório e Cai de Santarém, o de Escritório e Caix. de Santarém, o contro havido em Genebra, onde esteve presente integrado na comissão de trabalhadores que ali se deslocou, com os elementos sindicalistas dos países do Leste e de outros no exílio, caso do Chile, para nos dizer das perspectivas que se abrem à indústria nacional com a presença de novos mercados e das matérias-primas que agora passamos a dispor a preços mais acessíveis.

Falou a seguir sobre a «Participação dos Trabalhadores na vida Sindical», o delegado da Intersindical Canais Rocha, que num improviso claro, preciso e bastante objectivo, traçou os caminhos que se abrem aos trabalhadores em luta, a diversos níveis, alertando-os para as manobras da entidade patronal, através de alguns casos concretos que encontrou, nas muitas deslocações que tem feito a diversos pontos do país; um segundo ponto abordado foi como poderão funcionar os sindicatos, mas sindicatos verticais, por ser a via mais forte e mais segura que pode levar os trabalhadores a conseguirem triunfar nas suas justas reivindicações; falou das experiências conhecidas nos países com tradições sindicais, afirmando mesmo que não podemos ter a pretensão de sermos mais espertos que os outros que nos ultrapassaram em todos os escalões. Fez um grave apelo aos trabalhadores de que só eles poderão resolver os seus problemas, uma vez que o Governo não pode intervir na luta entre Capital e Trabalho, pois de nenhuma maneira nos interessa um governo intervencionista. Só através da participação e unidade de todos os trabalhadores, os seus problemas serão resolvidos, e não podemos estar à espera que os outros os resolvam por nós, pois caímos no risco de ficarmos em pior situação que dantes tínhamos.

Palavras duras de verdade, mas que os trabalhadores terão de meter na cabeça, se amanhã quiserem ter uma vida melhor.

O tempo dos outros fazerem tudo por nós, acabou logo a seguir ao 25

de Abril. Não temos outra alternativa: ou participamos todos ou ficamos todos à espera, à espera.

Muito aplaudido pelos trabalhadores, Canais Rocha terminou a sua intervenção apelando para que todos saibam corresponder ao momento que atravessamos, tomando consciência dos problemas concretos que nos dizem respeito.

Falou por fim o representante dos Gráficos Joaquim Canais Rocha, que abordou a questão «A Situação dos Trabalhadores na conjuntura actual», começando por afirmar que os trabalhadores têm que modificar a sua mentalidade individual para começarem a pensar em termos colectivos, pois em Democracia pensa-se e age-se assim. Falou depois do problema da Mulher Trabalhadora, da sua posição na fábrica ou no escritório, no que diz respeito ao trabalho, para referir que a trabalho igual corresponde salário igual, e que os trabalhadores têm que compreender esta situação, pois da divisão só os patrões terão a ganhar; focou a seguir o problema dos monopólios, afirmando através de números de que a economia continua nas mãos dos fascistas — vejamos a CUF com mais de 100 empresas — e alertou os trabalhadores contra as manobras reacçãoárias de muitos patrões, quando nos falam de participação ou co-gestão, dizendo mesmo que enquanto não chegarmos aos meios de produção, através de controle dos trabalhadores, haverá sempre a exploração do homem pelo homem.

Desenvolveu ainda de como os trabalhadores podem entrar o crescimento dos monopólios, para terminar a sua extensa exposição citando

o papel que hoje cabe às massas trabalhadores, vanguarda de todas as forças revolucionárias nos países capitalistas, que hoje conta com perto de 220 milhões, fazendo um apelo para que cada um de nós possa compreender melhor a aliança que existe entre poder económico e o poder político.

No final das intervenções realizou-se um diálogo com a assembleia, tendo alguns trabalhadores sido elucidados sobre questões que lhes diziam respeito.

Entrevista com Canais Rocha.

Intersindical: unidade e independência

"AS ALTERAÇÕES introduzidas no aspecto orgânico da Intersindical têm em vista a execução de uma resolução do plenário realizado em Maio que é a reestruturação de todo o movimento sindical", afirmou Canais Rocha no início da troca de impressões que mantivemos com aquele dirigente sindical.

"Esse processo vai levar à criação de sindicatos verticais, ou seja, sindicatos por grandes ramos de actividade nos quais todos os trabalhadores que exercem a sua função nesses ramos, independentemente da sua profissão, deverão integrar-se. Assim, e por exemplo no caso dos numerosos sindicatos de metalúrgicos, o processo dará origem a uma fusão, de modo a ficar apenas um, ou dois grandes sindicatos metalúrgicos, onde se integram também os empregados de escritório, técnicos de desenho, motoristas e outros que têm sindicatos específicos e deverão ficar todos integrados nesse sindicato vertical, por ramo de actividade."

"Ora, tendo em vista que esse é um dos objectivos, (a reestruturação do movimento sindical com base nos sindicatos verticais), tomaram-se algumas medidas no plano orgânico que levaram à constituição de várias Unidades, em Braga, Coimbra, Aveiro, Santarém, que têm em vista coordenar a actividade dos sindicatos no plano local ou regional, para facilitar a integração e, consequentemente, a fusão. Por outro lado, foram melhor definidas as atribuições dos órgãos centrais da Intersindical, nomeadamente a assembleia como órgão deliberativo e o secretariado, como o órgão executivo e coordenador e criado ainda um conselho consultivo que é constituído pelos secretariados das várias Unidades e que terá portanto uma função meramente executiva. Ao nível interno", precisa Canais Rocha, "procedeu-se à criação de vários gabinetes, de relações internacionais, de informação, de serviços administrativos, de relações com os sindicatos e as unidades, de apoio aos trabalhadores."

Eis em poucas palavras o esquema de alterações profundas que a Intersindical vai sofrer num curto espaço de tempo.

Acabar com a divisão dos trabalhadores

"Após a prorrogação da lei sindical, haverá prazos fixados pelo Governo, para a transformação dos estatutos, em substituição dos antigos estatutos fascistas, e a regularização imediata das eleições de acordo com os novos estatutos", prossegue o nosso interlocutor. "Assim, deixarão de existir os sindicatos corporativos e passarão a ser verdadeiros sindicatos livres, geridos e administrados pelos trabalhadores. Paralelamente a esta alteração do conteúdo, terá de haver uma alteração de forma, para acabar com a divisão em que os trabalhadores se encontram, do ponto de vista profissional e do ponto de vista racional: muitos sindicatos à escala distrital, muitos sindicatos por ramos de actividade, que provocam grande dispersão dos trabalhadores."

"Nós estamos a defender a fusão a partir da base, quer dizer, se numa empresa os trabalhadores apresentam um caderno reivindicativo que interessa ao conjunto, é evidente que na prática tudo funciona como se eles pertencessem já a um único sindicato e a comissão que apresenta o caderno e dirige a luta, é objectivamente, uma comissão sindical de um só sindicato. Temos os exemplos das greves da Carris e do Metropolitano, empresas em que os trabalhadores estão divididos numa vintena de sindicatos mas em que a comissão funcionou como uma comissão sindical do futuro sindicato vertical. É evidente que em qualquer dos casos estão criadas as condições objectivas para a fusão num só

sindicato, o dos Transportes Urbanos, que aliás já existia."

Canais Rocha continuou depois a expor as razões que levam o movimento sindical a defender a fusão a partir da integração ao nível de sector de actividade e não ao nível de direcções. Acrescentou que o último caso pode verificar-se num contexto puramente formal, na medida em que dispozo de liberdade sindical, o trabalhador filia-se ou não num sindicato, e pode até abandonar o sindicato quando não estiver de acordo com as normas que o regem.

O dirigente sindical referiu ainda, para ilustrar o exemplo de dispersão de que enfermam as actividades dos trabalhadores no plano reivindicativo, o caso de uma empresa onde foram apresentados 12 cadernos de reivindicações separados, a que a entidade patronal contrapôs apenas uma proposta.

"Não há dúvida de que ainda há a fazer um grande trabalho de unidade e organização dos trabalhadores, para se conseguir uma integração e uma fusão de base", rematou Canais Rocha o tema que vinha a desenvolver.

Sindicatos: Horizontais, Verticais, Livres

Pedimos então a Canais Rocha especificasse melhor os conceitos de sindicatos horizontais e verticais, em esclarecimento que reputamos indispensável para elucidar os nossos leitores: "Enquanto que o sindicato horizontal agrupa os trabalhadores por profissões, prestando-se à tal divisão indesejável, o sindicato vertical agrupa-os por ramos de actividade, conferindo muito maior coerência ao grupo de empregados da mesma empresa. Neste tipo de agrupamento, o sindicato forma como que uma pirâmide, na base da qual estão os trabalhadores mais numerosos e que caracterizam a actividade da empresa, seguindo-se-lhes depois os outros camaradas de trabalho que executam as chamadas funções paralelas. Seria, por exemplo, o caso de um complexo metalúrgico com 1000 trabalhadores, em que 800 seriam operários metalúrgicos, a formar a base, depois uns 50 empregados de escritório, uns 30 a 40 técnicos de desenho, 10 ou 15 motoristas, ainda menos agentes técnicos, engenheiros, telefonistas e outros, pertencentes a sindicatos diferentes e que passariam a formar a pirâmide característica do sindicato vertical, que integra todos os que trabalham no mesmo ramo, independentemente da profissão de cada um."

"Esquecemo-nos muitas vezes que os interesses dos trabalhadores são comuns", continua Canais Rocha, "e o fascismo tinha criado os sindicatos horizontais para melhor dividir e dispersar, tendo em vista contrariar a luta pelos interesses dos que trabalham. Portanto, os sindicatos horizontais dividem, os sindicatos verticais unem."

Na prática, os trabalhadores portugueses voltam-se já para os sindicatos verticais. Após o 25 de Abril expandiu-se por todo o país um movimento reivindicativo e até grevista em que, no fundamental, os trabalhadores passaram por cima das direcções dos sindicatos e transformaram-se em comissões de empresas que dirigiam a luta."

Quisemos saber, em seguida, o que se entende por sindicato livre: se a independência da actividade sindical em relação ao poder político, se a liberdade de filiação ou não filiação nos sindicatos de que gozam os trabalhadores. Canais Rocha acrescentou uma terceira hipótese que referiu assim:

"Há ainda uma outra possibilidade, que está a ser utilizada por certos meios que tentam a divisão do movimento sindical. Existe uma Confederação Internacional de Sindicatos Livres, a CISL, na qual estão filiados sindicatos socialistas e sociais democratas. É uma confederação

de tendência partidária, como aliás todas as confederações mundiais. Ora, muitas vezes entende-se por sindicato livre o que é filiado na CISL e em Portugal já existe um sindicato desse tipo, o dos Juristas. "Por outro lado, e retomando as duas hipóteses que propôs, os trabalhadores portugueses, ao "correrem" com as direcções dos sindicatos, laciais do patronato e do fascismo, passaram a designar os seus sindicatos como "livres", o que não tem nada a ver com uma pretensa filiação na CISL. Portanto, o que nós entendemos por sindicato livre é a liberdade de gerir e administrar o sindicato, conferida aos trabalhadores na independência do poder político."

"No caso da Intersindical, o que defendemos é uma independência partidária, isto é, a não vinculação a qualquer partido político, sob pena de pôr em risco a unidade. Esta posição leva-nos também a assumir a outra, de independência em relação às confederações. Temos as melhores relações com todas, mas como a sua linha de acção é partidária, é evidente que se fôssemos defender a filiação, isso ia provocar a ruptura no movimento sindical português; se amanhã um sindicato pretendesse filiar-se na CISL, outro pretenderia fazer o mesmo na Federação Sindical Mundial, outro ainda na Confederação Mundial do Trabalho e, objectivamente, trariam para o seio do movimento sindical as tendências políticas partidárias dessas confederações, o que de modo algum seria conveniente."

Canais Rocha fez então re-

ferência ao facto de se encontrar no nosso país uma delegação sindical, cuja visita teria como objectivo o convite de filiação na CISL, dirigido a alguns sindicatos portugueses. Tal possibilidade não é encarada com bons olhos pela Intersindical, pelas razões que acima explicitámos e, no caso de um ou mais sindicatos pretenderem efectivamente uma filiação internacional dentro destes moldes, a Intersindical teria de agir em conformidade, opondo-lhe a sua argumentação em favor do ponto de vista que defende, se bem que em qualquer momento, possa mostrar-se interessada nesse ou noutro tipo de associação.

"Portanto, só em plenário se poderão tomar decisões, que têm sempre carácter vinculativo e que definirão as linhas a seguir, sem pôr em risco a unidade do movimento."

A independência da Intersindical

Esta atitude de independência da Intersindical, tornada pública já por diversas vezes, leva-a a não aceitar qualquer hipótese de participação directa na governação. Isso mesmo nos afirmou Canais Rocha, quando mencionámos a possibilidade de participação de elementos sindicalistas na coligação governamental, tendo precisado: "Esta independência permite-nos

manter as melhores relações com o Governo Provisório e com as organizações antifascistas, e apoiar todas as acções que visem defender os interesses dos trabalhadores, mas também nos permite criticar quer as medidas do Governo, quer a actuação dos partidos políticos que contrariam os referidos interesses. Tal posição permite a colaboração e a crítica construtiva."

Esperamos que o segundo Governo Provisório consiga ir mais além naquilo que o primeiro não conseguiu", continuou o representante da Intersindical, "que o esforço da democratização em que todos estamos empenhados não seja emperrado como, a partir de certa data, se começou a constatar que era, por parte de determinadas personalidades do primeiro Governo Provisório. Continuamos a defender que o saneamento da máquina estatal (e não só) é uma necessidade imperiosa. Ora o saneamento foi promovido pelas massas populares nas primeiras semanas de mudança, e agora caminha ou muito lentamente, ou para o impasse. Basta ver o caso dos funcionários públicos."

Defendemos por outro lado que

o governo tem de promulgar muito rapidamente a legislação com vista à regulamentação do direito à greve. A Intersindical não aceita de maneira nenhuma o "lock-out", pois que isso seria limitar à partida o direito à greve, que foi conquistado pelos trabalhadores ainda durante o regime fascista, e a lei só terá agora que legalizar uma situação de facto. Ora, partindo do princípio que o regime fascista deposita era apenas a expressão política do poderio económico do capitalismo, que se mantém ainda, aceitar o "lock-out" era limitar um direito que foi incontestavelmente conquistado e contra o exercício do qual não podem ser erguidas quaisquer limitações."

O Governo Provisório terá que interpretar à risca o Programa do Movimento das Forças Armadas, que contém claramente definida: uma política económica numa perspectiva antimonopolista. Sem atacar o poderio dos monopólios, é

difficil provocar as transformações que queremos ver realizadas neste país. Quem está a sofrer com isso são os trabalhadores, há milhares de despedimentos e sabotagens económicas a vários níveis, e também aqui queremos que saia legislação muito concreta capaz de evitar essas situações, nomeadamente os despedimentos."

A greve

— arma superior

Canais Rocha retomou em seguida o tema da greve, para a classificar como arma superior que, como tal, não deve ser usada indiscriminadamente.

"Pode, num ou noutro caso, a greve jogar contra os interesses dos trabalhadores. Mas de maneira nenhuma eles devem recuar na

utilização de tal forma de luta, quando o entenderem. Quero frisar este ponto porque tem sido muitas vezes argumentado que a Intersindical é contra a greve, o que é absurdo! Ninguém mais do que nós defende esse direito, o que entendemos é que, por ser uma arma superior de luta, não deve ser utilizada sem estarem esgotadas todas as outras possibilidades de impor as reivindicações dos trabalhadores. Como não defendemos um governo intervencionista, que pudesse ser chamado a resolver os conflitos decorrentes do não cumprimento das cláusulas contratuais, achamos que é a greve que, em última instância, vale como arma capaz de fazer respeitar, por parte do patronato, as obrigações que aceitaram e que não cumprem — como está a acontecer com os grêmios dos metalúrgicos, que acordaram em aumentos salariais e agora se recusam a satisfazê-los."

CD25A

27 JUL. 1974

Centro de Estudos

para a constituição de novos sindicatos

Foi criado o centro de estudos para a constituição de novos sindicatos que baseia a sua fundação, nomeadamente, na pulverização dos sindicatos existentes, oriundos do fascismo, que resulta numa maior dispersão e enfraquecimento da luta dos trabalhadores.

No seu primeiro documento público, recentemente divulgado, o centro propõe:

1.º que se lute pela democracia das estruturas sindicais e pela unidade das massas trabalhadoras;

2.º que se proceda, por outro lado, à formação de militantes esclarecidos, sindicalmente, sobre a linha de rumo a seguir;

3.º que se promovam reuniões de trabalhadores, tendentes a auscultar a sua opinião e a esclarecê-los das vantagens dos sindicatos por actividade;

4.º que nos sindicatos existentes se promovam também reuniões deste tipo, e se desenvolva uma acção de esclarecimento individual e colectivo no mesmo sentido;

5.º que, como consequência destas tarefas primordiais, se criem núcleos de adesão nas fábricas, nas regiões, etc.;

6.º que se constituam, eleitas democraticamente, comissões instaladoras dos sindicatos a criar;

7.º que os objectivos apontados tendam a criar sindicatos de luta contra o sistema capitalista, em ligação com os partidos políticos que defendem os interesses das classes trabalhadoras, mas com distinção de

tarefas e responsabilidades. Quer dizer que esses sindicatos não podem apenas promover o desenvolvimento das condições dos trabalhadores e sua integração no sistema capitalista mas, e fundamentalmente, a luta contra esse sistema.



27 JUL 1974

UNIÃO DE SINDICATOS DO SUL

Da União de Sindicatos do Sul recebemos a seguinte nota:

«Face a um comunicado saído nos jornais relacionado com a presença de membros desta União, numa assembleia dos candidatos da Lista «A», para a direcção do Sindicato dos Professores, informa esta União de que a mesma não toma qualquer partido em assembleias deste teor, entendendo a União que esse papel cabe inteiramente aos trabalhadores dos respectivos Sindicatos.»

SÉCULO
29/11/1974

Da Alemanha Oriental

Mais de mil contos para a Intersindical

A delegação da Organização Sindical da República Democrática Alemã, que se encontra no nosso País, a convite da Intersindical, ofereceu a esta central sindical um cheque de 40 mil dólares (mais de mil contos).

Além desta importância, os sindicatos da Alemanha Oriental vão enviar para a Intersindical vários materiais técnicos, como duplicadores, fotocopiadores, máquinas de escrever e gravadores de som.

Estas ofertas foram anunciadas durante o plenário da Intersindical, que se realizou no sábado, em Lisboa, com

a presença de representantes de dezenas de sindicatos de todo o País.

Sindicalistas na Hungria

Antes do início da ordem de trabalhos, os presentes manifestaram o seu regozijo pela declaração do Presidente da República sobre a inde-

pendência dos territórios ultramarinos.

Entrando na ordem dos trabalhos, foi lida uma moção aprovada no plenário da União dos Sindicatos do Porto, de 23 de Julho, sobre a actual situação política.

Correspondendo a um convite feito pela Organização Sindical da Hungria, o plenário aprovou uma proposta para que as sindicalistas Maria Fernanda Machado Mendes (dos Têxteis de Braga) e Maria Teresa Vaz Pires (dos Técnicos de Serviço Social) representem as trabalhadoras portuguesas num congresso a realizar naquele país.

A comissão da Intersindical para a F. N. A. T. apresentou uma moção a enviar ao ministro do Trabalho, na qual se pede que seja aprovado o projecto relativo a essa própria comissão, que sejam nomeados com urgência todos os elementos que constituem a comissão directiva e que, após a sua nomeação, entrem imediatamente em funções as comissões regionais.

Foi ainda aprovado o texto de um telegrama, a enviar também ao ministro do Trabalho, em que se manifesta preocupação face a despedimentos, ameaças e pressões sobre delegados e dirigentes sindicais, reclamando-se «urgentíssima publicação de legislação, regulamentando e protegendo eficazmente a actividade sindical dos dirigentes e delegados sindicais, não permitindo, no nomeamento, os seus despedimentos».

Passando à discussão do ponto relativo à Previdência (motivo fundamental da convocação do plenário), após uma discussão controversa, foi aprovada a seguinte moção:

«As comissões administrativas de gestão das instituições de Previdência deverão ser constituídas apenas por representantes dos trabalhadores-beneficiários e por um representante do Governo.»

O plenário prosseguiu para a discussão de outras propostas e relatórios sobre Previdência, aprovando de conclusões.

29 JUL. 1974

Entregue à Intersindical nacional a primeira ajuda económica estrangeira

— mil contos da Central Sindical da República Democrática Alemã

A reunião do Plenário da Intersindical Nacional, realizada neste último fim de semana, aprovou a participação num congresso sindical a realizar na Hungria, tomou conhecimento da primeira entrega de ajuda financeira vinda do estrangeiro, debateu o problema do funcionamento da FNAT e discutiu aspectos da Previdência portuguesa, além de, em Ponto Prévio, ter tomado posição de caloroso acolhimento e apoio às declarações do Presidente da República sobre a independência

da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, a que nos referimos noutra local.

Sobre o primeiro assunto, e correspondendo a um convite feito pela Organização Sindical da Hungria, o Plenário aprovou uma proposta apresentada pela Mesa, para que representem as trabalhadoras portuguesas num congresso a realizar naquele país, Maria Fernanda Machado Mendes, do Sindicato dos Têxteis de Braga e Maria Teresa Vaz Pires do Sindicato Técnico do Serviço Social.

No decurso dos trabalhos esteve presente a delegação da F. D. G. B., organização sindical da República Democrática Alemã que se encontra no nosso País a convite do secretariado da Intersindical, sendo nessa altura comunicado aos delegados presentes que a mesma tinha entregue à Intersindical um cheque, no valor de U. S. \$40 000 (mais de mil contos), que é a 1.ª ajuda económica de uma organização sindical estrangeira ao Movimento Sindical Português desde o 25 de Abril.

ANUNCIADO NO PLENÁRIO**A INTERSINDICAL JÁ RECEBEU APOIO FINANCEIRO DA R.D.A.**

No Plenário da Intersindical nacional, efectuado este fim-de-semana, esteve presente, durante alguns momentos, a delegação da organização sindical F.D.G.B. da República Democrática Alemã, que pronunciou palavras de saudação e apoio aos trabalhadores portugueses e referiu com agrado o reconhecimento oficial do direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

Nessa altura, foi comunicado ao Plenário que a delegação alemã entregou à Intersindical um cheque no valor de 40 mil dólares (mais de mil contos), quantia que constitui a primeira ajuda económica de uma organização sindical estrangeira à Intersindi-

cal desde o 25 de Abril. A F.D.G.B. vai também enviar material técnico, nomeadamente duplicadores, fotocopiadores, máquinas de escrever, gravadores de som, etc.

Depois de uma estadia de quase duas semanas em Portugal, a convite do secretário da

vários contactos com trabalhadores das regiões industriais dos arredores de Lisboa e do Porto, com Uniões sindicais e ainda com vários Sindicatos e a própria Intersindical, a delegação da F.D.G.B. regressou hoje à República Democrática Alemã.

DECISÕES DO PLENÁRIO

Para além do apoio à mani-

festação que hoje se efectua no Palácio de Belém (já referido noutra local), o Plenário da Intersindical aprovou uma proposta apresentada pela Mesa para que duas trabalhadoras portuguesas participem num congresso a efectuar na Hungria, a convite da organização sindical daquele país.

Foi também aprovada por unanimidade uma moção a enviar ao ministro do Trabalho, cujo teor é o seguinte:

«Considerando que a FNAT continua ainda a ser gerida nos moldes fascistas e por pessoas que não têm o aval dos trabalhadores por os não representarem;

Considerando os perigos inerentes à sua actuação reaccionária — com incidência no campo cultural — junto às populações menos informadas e politizadas;

Considerando que os trabalhadores economicamente mais débeis — que constituem a grande maioria — continuam a não ter acesso às iniciativas mais válidas (nomeadamente as colónias de férias) dado o acesso às mesmas ser feito por escolha ou por lugares cativos; o Plenário da Intersindical de 27.7.74 decide trazer à consideração de V. Ex.^a o seguinte:

1.º Que seja aprovado o Projecto desta Comissão já apresentado no gabinete desse Ministério;

2.º Que sejam nomeados com urgência todos os elementos que constituem a comissão directiva, e que após a sua nomeação entrem imediatamente em funções as Comissões regionais».

Foi ainda aprovado o seguinte telegrama a enviar também ao ministro do Trabalho sobre a repressão aos dirigentes e delegados sindicais:

«Sindicatos todo o País reunidos Plenário Intersindical manifestam V. Ex.^a preocupação face a despedimentos, ameaças e pressões sobre Delegados e Dirigentes Sind. Reclama urgentíssima publicação legislação regulamentando e protegendo eficazmente actividade sindical dirigentes e delegados sindicais, não permitindo, nomeadamente, seus despedimentos.

«Lembram Programa Movimento Forças Armadas e consideram imperioso seu imediato cumprimento, nestas e noutras matérias do maior interesse para os trabalhadores».

Passando à discussão do Ponto 2 — Previdência, motivo fundamental da convocação do Plenário, após acesa controvérsia foi aprovada a seguinte moção:

«As comissões administrativas de gestão das Instituições de Previdência deverão ser constituídas apenas por representantes dos trabalhadores de beneficiários e por um representante do Governo».

30 JUL. 1974

APOIO DA R. D. A. À INTERSINDICAL

No último plenário da Intersindical nacional, os trabalhos centraram-se em dois importantes relatórios, um dos quais apresentado pela Comissão da Intersindical para a Previdência, e outro elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Porto. Esteve presente uma delegação da F. D. G. B., organização sindical da República Democrática Alemã, que fez entrega àquele organismo português de um cheque de 40 mil dólares (mais de mil contos), primeira ajuda económica de uma organização sindical estrangeira à Intersindical, desde o 25 de Abril. A F. D. G. B. vai também enviar material técnico, fotocopiadores, máquinas de escrever e gravadores de som.

No decorrer do plenário, foi aprovada a participação de duas trabalhadoras num congresso sindical, a realizar na Hungria; debatido o problema do funcionamento da F. N. A. T., «que continua ainda a ser gerida nos moldes fascistas e por indivíduos sem o aval dos trabalhadores, pois não os representam»; discutiram-se, aspectos da Previdência, e foi tomada uma posição de caloroso acolhimento e apoio às declarações do presidente da República sobre a independência da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

SUSPENSA *P. B. P. B.*
UMA DECISÃO *30/3/34*
DA INTERSINDICAL
SOBRE
A PREVIDÊNCIA

Prosseguiu, em segunda sessão, o Plenário da Intersindical. Vários sindicatos realçaram alguns dos mais graves problemas da Previdência, desde a assistência médica até à gestão administrativo-financeira, desde o gigantesco trabalho que há a fazer até à denúncia do que os governos fascistas fizeram da Previdência.

Mereceu realce especial a necessidade de ser revista toda a legislação e penalidades aplicáveis às empresas que não pagam os descontos para a Previdência ou que falsificam os mapas de salários.

Dado ter-se verificado, no decurso da análise de dois relatórios que a complexidade das matérias requeria uma profunda rediscussão do problema, ao nível de todos os trabalhadores, decidiu o Plenário suspender a execução da decisão tomada em sessão anterior, sobre a gestão da Previdência, e retomar o assunto em próximo Plenário, a convocar com brevidade.

Despedimentos no Galeto: A questão seguiu para o Tribunal do Trabalho

O processo respeitante ao despedimento dos três empregados de restaurante Galeto, que oportunamente noticiámos, será resolvido no Tribunal do Trabalho, dado que as partes em confronto não chegaram a acordo. Os empregados que, durante a tentativa de acordo entre as partes, passaram de despedidos a suspensos, voltaram agora de novo à situação de despedimento. No entanto, segundo o administrador do Galeto, já encontraram trabalho noutra restaurante.